

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0523/00	DATA: 17/05/2000
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 17h25min	DURAÇÃO: 2h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h46min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 17
SUPERVISÃO: LETÍCIA E MARIA LUIZA		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

<b>SUMÁRIO:</b> Apresentação e discussão do relatório preliminar do Deputado Ney Lopes.
---

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado. Há intervenção inaudível. Tacaoca - 49. Biotroni - 49. Furfi - pág. 57. Não foi possível conferir a grafia dos nomes acima citados.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 59ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 58ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER** - Solicito a dispensa da leitura desta ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está dispensada a leitura, a pedido do Deputado Werner Wanderer. A ata está em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Recebemos ofício do Deputado Carlos Mosconi encaminhando atestado médico para justificar suas faltas até o dia 18 deste mês. Comunico também que o Supremo Tribunal Federal informou ter concedido liminar suspendendo a quebra do sigilo referente ao Sr. José Ribeiro de Souza, que está citado na empresa Laboratório Medquímica, de Minas Gerais. Este processo nós já recebemos. Acabo, também, de assinar informação a respeito da necessidade que nós temos, essa comunicação é do Exmo. Sr. Ministro Maurício Corrêa, Relator do projeto, e eu já assinei também informação que ele pede para que se julgue essa liminar. A Comissão recebeu, ainda, outros 186 documentos, cuja lista descritiva estou fazendo distribuir por cópia a todos os Srs. Deputados, estando os documentos à disposição, junto à secretaria, pela impossibilidade de tirar cópias de todos os documentos. Eu não vou ler esta lista porque acho exaustiva, levaria um tempo enorme, e os Srs. Deputados têm. Quero dizer que nela estou fazendo incluir também já uma série de documentos referentes à quebra de sigilo fiscal e bancário realizada ultimamente naquelas distribuidoras de laboratórios, bem como documentos referentes à quebra do sigilo fiscal. Já estou passando, dando conhecimento aos Srs. Deputados e, sobretudo, ao Relator, e também já estão à disposição da comissão que a está examinando. Esta reunião foi convocada para apresentação e discussão de sugestões ao relatório preliminar apresentado pelo nobre Deputado Ney Lopes. Está aberta a discussão. *(Pausa.)* O Relator declina de fazer a introdução, então, eu vou colocar a palavra à disposição dos Srs. Deputados para apresentar sugestões, questionamentos, enfim, dúvidas, tudo que acharem conveniente. Eu proponho que a gente dê um máximo de dez minutos para cada Deputado, não sendo obrigatório cada Deputado usar os dez minutos. Estão de acordo, Srs. Deputados?

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, antes de entrarmos na discussão do relatório propriamente dito, gostaria de fazer uma sugestão, para que desenvolvamos, a partir de já, uma discussão a respeito dos andamentos dos trabalhos da CPI e da necessidade da sua prorrogação, Sr. Presidente. Volto a insistir naquela opinião de que acho que nós estamos determinando o fim da CPI num momento muito prematuro. E eu gostaria de ter o direito não só de expor as minhas idéias, as minhas opiniões, mas de ouvir a opinião dos colegas Deputados que compõem a CPI também sobre o assunto, Sr. Presidente. Então, a minha sugestão é que discutamos, primeiro, prazos da CPI e a possibilidade de prorrogar, conforme dispõe requerimento já apresentado pelo Deputado Geraldo Magela, prorrogação dos trabalhos da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu considero esse assunto encerrado, decidido, entendeu, mas não posso deixar que quem queira debater o faça. Nós decidimos já que a Comissão, tendo presente a necessidade de apresentar o seu relatório e a oportunidade de fazê-lo, nós encerraríamos o trabalho ao final deste mês, com a aprovação do relatório. Agora, se V.Exa. quiser discutir o assunto, nós estamos hoje pra discutir esse relatório. Logo que terminar a lista dos inscritos, darei a palavra a V.Exa. e porei em discussão a proposta de V.Exa. Tem a palavra o Deputado Geraldo Magela, para discutir o relatório.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, eu quero inicialmente dizer que eu tenho uma visão de que essa CPI não cumpriu o papel ao qual ela se propunha desde o início. Isso fica claro, na minha visão, quando ela foi proposta, diferentemente da maioria das outras CPIs, para um prazo muito menor do que se convencionava propor para CPIs. Mas até para se fazer referência, Sr. Presidente, a última CPI dos Medicamentos antes dessa levou, salvo engano, por volta de dez meses, de nove a dez meses. Posso até confirmar este dado, mas me parece que por volta de dez meses. E também chegou a conclusões muito parecidas, aliás, eu considero até bem mais conclusivas, mais afirmativas do que as que estão colocadas no relatório, no pré-relatório que nos foi apresentado. Aquela CPI anterior é mais contundente em alguns diagnósticos. E neste momento nós talvez tivéssemos a oportunidade de analisar, com a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, fiscalizar de fato a ação dos laboratórios, que, na minha opinião, formam cartel, mantêm oligopolizado o mercado, dentro do mercado, e é de fato uma situação que nós deveríamos aprofundar na investigação. Eu, por diversas

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

vezes, propus a prorrogação, uma delas V.Exa. não só concordou como encaminhou. Uma outra, a Comissão discutiu e achou que seria melhor prorrogar até 30 de maio. Eu considero insuficiente esta prorrogação, acho que ela deveria, nós deveríamos aprofundar, quem sabe permanecer ainda em junho investigando, cruzando dados, analisando quebra de sigilo bancário, porque pelo relatório e pelo que nós temos de informações das equipes que trabalharam, o que foi feito até este momento é insuficiente. Não vou entrar aqui no mérito do atraso da quebra de sigilo e tudo isso. Compreendo que esta CPI, na leitura do relatório, ela é muito pouco conclusiva na questão da investigação. A população espera que, a partir da conclusão da CPI, o preço dos remédios nos balcões das farmácias diminua, até porque, Sr. Presidente, nós criamos essa expectativa, nós, como CPI. V.Exa., o Relator, em diversos momentos e declarações, outros Deputados, nós fomos criando esta expectativa. Isso, certamente, não acontecerá — certamente, não acontecerá. E não acontecerá porque ela não é determinante naquilo que nós analisamos, ficamos na superficialidade. Eu tenho profundas divergências com o relatório, reconhecendo que em muitas questões ele tem um diagnóstico de razoável para bom. Mas já que nós estamos falando numa CPI de Medicamentos, nem sempre o diagnóstico leva a um receituário do medicamento correto. E neste caso, em muitos dos receituários propostos pelo Sr. Relator, nós temos divergências. E eu quero, Sr. Presidente, deixar aqui duas discordâncias fundamentais que eu tenho com o Relator. A primeira delas é com relação ao controle de preços. Ora, esta Comissão, desde o início, pelas declarações do Sr. Presidente, por diversas vezes eu vi, ouvi o Sr. Relator dar declarações de que proporia algo que monitorasse, que acompanhasse, que tivesse algum tipo de controle sobre os preços. Tivemos aqui Ministro de Estado, ou eu ouvi mal ou o Relator se enganou ao ler as declarações do Ministro José Serra. Eu aqui ouvi o Ministro José Serra falar textualmente falar ser a favor de controle de preços. O Sr. Presidente diversas vezes disse isso, outros Deputados diversas vezes disseram isso, nunca se referindo nem à congelamento nem à tabelamento, que eu sou contra congelamento e tabelamento, mas sou a favor de controle de preços. O Sr. Relator disse que não há, na maioria dos países desenvolvidos da Europa, controle de preços. O que nós ouvimos nos seminários, em outros momentos, é exatamente o contrário, é que há controle de preços. E eu não vejo como a CPI não concluir, Sr. Presidente, propondo controle de preços. E é diferente dizer livre iniciativa,

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

concorrência, mercado, que nós somos a favor; para camisa, sapato, bens de consumo, o que for, que valha o livre mercado, menos pra medicamento. Medicamento é um bem essencial à saúde da população. Então, o Governo tem que interferir, sim, neste mercado, para produzir, para controlar a produção para que haja abastecimento suficiente, para que se produza aquilo que é necessário ao consumo da população e para se controlar preços. E nós estamos propondo, Sr. Presidente, um controle de preços, sim, que o Governo seja o coordenador, mas que tenha participação dos empresários do segmento, tanto da produção, da distribuição, quanto da comercialização, que tenha participação da sociedade civil organizada, seja dos consumidores de medicamentos, seja dos PROCONs, seja dos IDECs da vida, enfim, todos aqueles que puderem participar como representantes da sociedade civil, nós haveríamos de aprofundar esse debate. E um controle de preços que possa tanto analisar as planilhas de custos **a priori**, as margens de lucro, e impedir aumentos que sejam considerados abusivos por este controle de preços. Somos contra congelamento, somos contra tabelamento, mas somos radicalmente favoráveis ao controle de preços, aquilo que chamamos controle social de preços. Aliás, é preciso ressaltar, Sr. Presidente, que hoje já é função da Agência Nacional de Vigilância Sanitária fazer um monitoramento dos preços, e não faz, não faz. Mas o monitoramento por si só é insuficiente e nós achamos que tem que ter um controle de preços. Segundo, Sr. Presidente, nós queremos fazer aqui um debate sobre uma alteração profunda na lei de genéricos do País. Nós acreditamos que uma das formas mais eficazes de se baixar o preço dos remédios no Brasil é transformar todos os remédios que hoje são similares em genéricos, e dizer que nós vamos acabar com o similar e só vamos ter o medicamento de referência e o genérico, e todos os similares que existem hoje sejam transformados em genéricos. E o teste de bioequivalência, biodisponibilidade, que é um pedágio que tem que se pagar aos laboratórios — diríamos, assim, da concorrência, dos medicamentos de referência —, que ele seja algo que possa ser exigido quando da renovação do registro ou quando alguma denúncia, ou desconfiança, ou necessidade houver de se avaliar a eficácia dos medicamentos. Se nós propusermos isso, for votado e em pouco tempo nós tivermos os similares transformados em genéricos — Por que não? Por que não? É preciso que se diga por que não — nós estaríamos tendo inúmeros, centenas de genéricos nas prateleiras, já teríamos imediatamente... se prevalece a lógica de que

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

todos terão que seguir principalmente a referência dos preços dos genéricos, nós teríamos um rebaixamento imediato dos preços desses medicamentos. Eu tenho mais observações a fazer sobre o relatório, Sr. Presidente, como uma terceira, e depois nós poderemos até concluir, e outros companheiros do PT falarão sobre observações que nós, do PT, temos. Nós consideramos que o relatório é muito, eu diria, muito cauteloso ao tratar a omissão do Governo na questão da fiscalização de preços, na questão da fiscalização da qualidade, na questão da produção de medicamentos dos laboratórios públicos. Mas eu acho que esses são assuntos que nós poderemos aprofundar. Por fim, Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. se pautou, durante estes quase seis meses de trabalho, em fazer esta Comissão funcionar em Plenário, com audiências às vezes tendo a nossa resistência, tendo a nossa discordância, e eu acho que nós erramos na semana passada, quando marcamos apenas hoje e quarta-feira da semana que vem pra discutir o relatório. Esse relatório não pode ser discutido em apenas duas reuniões. Eu defendo a prorrogação, estarei propondo, junto com a Deputada Vanessa e outros, nova prorrogação. Mas além da prorrogação, Sr. Presidente, eu quero propor que nós voltemos a fazer terça, quarta e quinta reuniões de debate do relatório. Porque o relatório não pode se resumir a um debate que eu venho aqui e falo dez minutos, não esgotei, outros não esgotarão em dez minutos. E para não ser nem antipático nem inconveniente, nós temos que nos limitar a dez, doze minutos, no máximo. E eu proponho a V.Exa., ao Relator e à Comissão que nós façamos mais reuniões de debate do relatório para aprofundá-lo, para, quem sabe, chegar a uma condição de debate onde nós possamos aprimorar esse relatório e discutir como votaremos ao final. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Eu queria dizer ao nobre Deputado que não tenho nenhuma dúvida em convocar uma reunião para terça da semana que vem para o Relator apresentar. Agora, o que eu queria dos Srs. Deputados é que o direito a apreciar o Relatório é um direito legítimo e certo, agora, quando há uma crítica do que está errado, o Deputado fica na obrigação de apresentar uma sugestão, por escrito, onde ele quer emendar, para nós sermos práticos, para poder discutir, porque senão nós fazemos uma discussão e vamos fazer isso como projeto. Esse que está aqui é um projeto submetido à emendas. Porque se a gente só fizer a crítica ao relatório e não apresentar sugestões, nós não teremos... eu não tenho como submeter à votação se o Relator

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

não acatar. Agora, se eu tiver uma emenda textual, eu vou submeter a emenda, com o parecer do Relator a favor ou contra. Então, eu vou pedir aos Deputados, respeitando o direito de fazer a crítica, mas o problema de apresentar a sugestão concreta...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ...das modificações que julgar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu queria fazer, depois da Deputada Vanessa, uma questão preliminar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu gostaria, Sr. Presidente, de concordar com a intervenção que V.Exa. acaba de fazer. Eu acho que o senhor tem plena razão quando diz que quando há uma crítica, a crítica tem que ser seguida com a propositura. Por isso, Sr. Presidente, exatamente porque eu concordo com V.Exa., que eu apresentei, de início, que discutíssemos sobre a necessidade da prorrogação dos trabalhos dessa CPI, porque, Sr. Presidente, não há apenas discordância de texto, mas há profundos questionamentos sobre os trabalhos desenvolvidos pela CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada, vamos fazer as duas coisas, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Porque nós não podemos, estamos impossibilitados até de apresentar alternativas porque não temos um resultado da quebra de sigilo bancário, Sr. Presidente! Porque o sigilo bancário sequer foi analisado, sequer foi analisado. Então, eu acho que a preliminar... e olhe que eu me esforcei, eu tenho aqui uma série de sugestões, Sr. Presidente. Nós nos esforçamos, não eu, mas vários dos Deputados da oposição que aqui estão, chegamos até a ter conversas paralelas pelo corredor. Mas é impossível, Sr. Presidente, diante da precariedade do relatório. Então, eu volto a insistir de V.Exa.: vamos discutir primeiro os trabalhos da CPI e a necessidade da sua prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Vanessa Grazziotin, esta reunião foi convocada para isso. Eu disse que logo depois de bater

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

isso eu poria a proposição de V.Exa., que é, para muitos Deputados, assunto encerrado. Eu vou propor abrir o debate sobre isso, embora muitos Deputados considerem assunto encerrado, eu vou submeter. Agora, Deputada, vamos fazer as duas coisas ao mesmo tempo, porque se V.Exa. não se considera em condições, não impeça que os outros debatam. Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu quis fazer de forma preliminar, até para que nós possamos em conjunto, na Comissão, estabelecer aquilo que, creio, está na cabeça de todos os Deputados, que é fazer a melhor CPI possível. Eu concordo com a Deputada Vanessa, e antes dessa reunião já tinha manifestado que, na minha opinião, a CPI não conseguiu fazer a investigação que muitos de nós gostaríamos. Eu não estou aqui jogando responsabilidade neste ou naquele Deputado. Mas um dos motivos é que nós nos concentramos em audiências públicas, e eu acho que foram úteis, porque aprendemos muita coisa, mas, rigorosamente, no tempo decorrido — esta CPI tem cerca de seis meses, aproximadamente —, nós não conseguimos fazer algumas investigações. Eu quero dar como exemplo, e V.Exa. teve, assim, total sensibilidade, de que, por exemplo, algumas auditorias deveriam ser feitas. Eu estou ponderando isso preliminarmente porque, quando vai se analisar o relatório, o relatório tem que traduzir aquilo que foi feito. Então, mesmo que eu tivesse, não tenho, mas mesmo que eu tivesse total concordância com o conteúdo do relatório, eu, mesmo assim, diria que ele é insuficiente para os objetivos que a CPI se propôs. Portanto, é em decorrência de um tempo limitado e de um trabalho, portanto, limitado. Porque, veja, com as denúncias que foram feitas sobre aqueles treze laboratórios, com as denúncias que estão por apurar, algumas parcialmente apuradas, de distribuidoras, com denúncias que representantes aqui do próprio Governo acabaram fazendo, eu temo que a CPI, ao aparecer para a sociedade com uma certa repetição do que já foi dito... porque outras CPIs disseram que era cartel, que havia dependência de insumo, que tinha que corrigir, que tinha que melhorar. Então, eu temo que a CPI, digamos, ela cause uma decepção na opinião pública. E temo mais ainda que eventualmente nós, o conjunto de Deputados, fiquemos um pouco enfraquecidos na nossa luta permanente com outras CPIs ou não. Então, isso eu coloco preliminarmente, pra que o conjunto e V.Exa. e o Sr. Relator, avaliassem de qual é a real disposição ou não de nós fazermos alguns trabalhos do ponto de vista de investigação. Não é para escolher bode expiatório, mas se surgir



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

a gente, digamos, tomar as medidas que couberem, se surgirem fatos novos. É essa ponderação que faria inicialmente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu tava acompanhando o encaminhamento da Deputada Vanessa, e a resposta que V.Exa. deu me deixou numa posição estranha. A reunião de hoje foi convocada pra discutir as sugestões ao relatório. E V.Exa. disse que vai recolocar em discussão a questão da prorrogação da CPI? Eu não entendi isso aí, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar a palavra para ela, para que ela faça a proposição que desejar fazer, como asseguro a qualquer Deputado que possa fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim. Mas, Sr. Presidente, se voltar essa discussão, ao final da reunião, tendo um **quorum** reduzido, eu acho que nós estaremos discutindo uma matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Se não há **quorum**, se não há **quorum** não há...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - ... vencida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ma eu não posso impedir, Deputado Arnaldo, mesmo sendo matéria vencida, que um Deputado fale.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, a reunião de hoje não é pra discutir sugestões ao relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É discutir relatório. Nós estamos discutindo o relatório, estamos discutindo o relatório. Estou dando a palavra. Me neguei a discutir esse assunto agora, para discutir o relatório e, depois, vou dar a palavra pra este e outros assuntos. Agora, eu gostaria, Deputado Magela, porque a gente quando começa a olhar, assim, ver dois, três pronunciamentos... Por exemplo, o Deputado Magela acabou de dizer que a opinião pública não havia sentido os efeitos da CPI. Eu tenho uma percepção, e eu não vou colocar em discussão, vou apenas dar contra-informação, eu tenho uma percepção totalmente...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, eu não disse isso, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não disse isso, não, que a opinião pública não sentiu os efeitos da CPI. Eu não disse isso, não.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Que os preços não tinham baixado, que não tinha havido nada disso.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não, não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não?

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu não disse nada disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não disse nada disso?

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O que eu disse foi o seguinte: que nós, a Comissão, criamos, geramos a expectativa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - De que os preços seriam baixados.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - ...de que, quando terminasse a CPI, os preços abaixariam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É?

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Foi isso que eu disse. A afirmação era exatamente essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, quero prestar essa informação: antes de terminar a CPI, Deputado, os preços estão baixando. Os genéricos estão aí...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não, não, os preços estão subindo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - E aqui tem um relatório, tem um relatório, tenho... Não! Eu estou com a palavra. Tem um relatório aqui, publicado no **Correio Braziliense**, tem uns resultados da FIPE, e eu remeto a V.Exa. o jornal **Correio Braziliense** de sábado, na página 25, onde diz que, fato inédito, no ano passado, enquanto a inflação havia sido de oito vírgula... o IPCA de 8,94, os medicamentos haviam subido 16%. Enquanto nesse primeiro trimestre, enquanto o IPCA havia subido 1,24, os remédios haviam subido apenas vinte e três, neste resultado do IBGE. E na FIPE denuncia que baixaram. Quer dizer, eu não queria ser tão otimista, apenas informação...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu queria que V.Exa. me passasse cópia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com prazer.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - ...e me garantisse o direito da réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não há réplica neste caso, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Zuppo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Sr. Presidente, como é inversão de pauta, eu cedi a minha vez ao Deputado Alceu Collares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, então, o Deputado Alceu Collares.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Deputado Marchezan, Deputado Ney Lopes, integrantes da Mesa, integrantes desse plenário, eu já estava decepcionado quando começamos os trabalhos. Eu estava decepcionado quando nós começamos. E tenho trinta CPIs nas costas, né? Mas imaginei que durante os trabalhos a gente pudesse conduzir o processo para a apuração, para a investigação, para investigação de fatos que chegaram ao conhecimento da CPI que podiam ser enquadrados, tipificando crimes contra a economia popular. E tive a oportunidade, Deputado Ney Lopes, de colocar o pronunciamento que eu fiz numa reunião que nós pedimos que fosse reservada. Ali, entre tantas outras colocações, eu disse que essa CPI não tinha assessoria à altura da responsabilidade que assumira. Como não teve. Estão aí a quebra do sigilo fiscal, a quebra do sigilo bancário, com exames superficiais. Mas eu falei sozinho, porque eu não fui, lamentavelmente, ouvido. Esta era uma CPI que era pra ter, no mínimo, cem, noventa, oitenta ou setenta grandes técnicos pra fazer a investigação plena. Não leve a mal, mas nós fizemos um negócio, assim, como faz-de-conta: faz de conta que baixaram os remédios, faz de conta que fomos nós que colocamos na praça o genérico, o que não é verdade, o que não é verdade. Os genéricos já estavam aprovados, os genéricos já estavam aprovados. A nossa Comissão Permanente de Seguridade Social tinha levantado, em audiências públicas, esse processo todo, e eles chegaram em um momento que coincidiu com o desempenho, com a atividade exercida pela CPI. Mas onde é que nós influímos para que os genéricos pudessem, efetivamente, apressar um pouco nos seus exames e colocar no mercado? Eu tenho uma colocação, que fiz naquela oportunidade, pedindo que buscassem assessoria, um mês e meio antes do término desta CPI. Eu tinha convicção de que nós chegaríamos ao relatório com as mais belas recomendações. As quatro CPIs que fizeram no Senado e as quatro que fizeram na Câmara, todas elas tiveram

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

exatamente essa postura, este comportamento. E hoje nós temos a vergonha de um Ministério da Saúde que não tem poder pra nada. Se a Nação estivesse preocupada com a vida, o Ministério tinha que sofrer uma nova estruturação, até porque ele é esmagado pela área econômica. O próprio Ministro veio aqui como quem fazendo lá, na Seguridade Social, fazendo um apelo para que fossem modificados métodos, o estilo, a forma de governar, onde a saúde é colocada em última instância, última preocupação. Mas há alguns dados aí que me deixam profundamente preocupados. Essa Secretaria do Direito Econômico não tem nada, a Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça; o Conselho de Defesa Econômica, o CADE, Secretaria de Acompanhamento Econômico. Mas ninguém é bobo, não vamos nos deixar enganar, eles não têm poder nenhum, não têm estrutura, não têm servidores e não têm recursos financeiros pra o exercício pleno na atividade de fiscalização no campo dos medicamentos. Nós vimos que eles não tinham. Tinha um com a cara boa, até o índio velho ali, do Ministério da Justiça, né? Noventa e três milhões, o cara, pobrezinho do homem! Mas o que é que nós vamos fazer? Nós temos aqui uma experiência boa de Deputados, de Governadores. Nós tínhamos que fazer uma CPI bem-feita e perdemos a oportunidade. Eu estou com aqueles que estão com vontade de pedir a prorrogação ou de transformar esta CPI num instrumento, quem sabe, permanente, ou até na tese de V.Exa., desmembrar a saúde daquela Comissão de Seguridade Social. Eu tenho vontade de ajudar, Deputado, mas nós nos enredamos nas nossas contradições, talvez nas nossas inexperiências. Quem sabe que nos perdemos, né, nos perdemos aí. Por exemplo, os vinte e um. A imprensa diz que os vinte e um, aqueles que comprovadamente praticaram cartel com aquela, aquele descuido da ata, né, descuido da ata. Está comprovado aquilo. Há um pedido, nós deveríamos ter encaminhado. Eu fiz um requerimento pedindo para que fosse feita a investigação **in loco**, não foi feita. O nosso Deputado José Linhares trouxe trinta ou quarenta notas, com as firmas reconhecidas, de uma espoliação com preços excessivos que são praticados contra as Santas Casas. Com instrumento, ali, de prova na mão, nós não fomos capazes de nos dar ao trabalho de pegar, ir lá, verificar, pra tentar botar na cadeia. Claro que não é essa a nossa tarefa. Eu posso lhe dizer que eu fui o Governador que no Rio Grande do Sul colocou vinte e três grandes empresários na cadeia. Eu coloquei? Não, eu apenas dei início no processo. Houve um dia, Deputado Ney, em que o Oficial de Justiça não tinha carro. Eu digo para o nosso secretário: "Pega o teu

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

carro e leva o Oficial de Justiça lá, onde ele tem que fazer a citação". Vinte e três empresários, para uma média de três anos e cinco meses de cadeia, porque eram sonegadores, permanentes sonegadores. Mas eu vi que não ia dar nada isso aqui, eu senti. Aqui tem recomendações, grandes quantidades de recomendações. Os projetos de lei estão juntos aqui?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não, não estão. Ainda vai ser no relatório final.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Olha a quantidade de projetos de lei? Outra coisa é achar que um relatório pode receber emenda. É a primeira vez que eu estou vendo isto aqui, não tem no Regimento Interno. V.Exa. faz um trabalho que é fruto da consciência de V.Exa., do que pôde apurar, e traz, e a Comissão vai aprovar ou vai rejeitar. Se rejeitar, tem o outro Relator. Agora, abrir essa coisa, vai nos levar a nada, por que qual é a possibilidade, qual é as condições materiais que tem a Comissão, ou o membro da Comissão, para fazer emendas? Eu, por exemplo, não me atrevo a fazer uma emenda, porque eu acho que, lamentavelmente, apesar da constatação de que o Deputado Marchezan e V.Exa. fizeram um esforço, mas foram advertidos oportunamente. Pelo menos eu fiz, e fi-lo, como diria o Jânio, por escrito. Eu não fiquei dando entrevista pra imprensa. Eu escondi o documento onde eu digo que V.Exa. tem paixão pelo capital estrangeiro, e eu o respeito, porque é problema de V.Exa., é legítimo, é um direito. Agora, é um direito meu de constatar que o Relator de uma CPI, quando tem essa tendência, pode se equivocar no seu relatório. E foi o que V.Exa... Está aqui, não tem nada que possa botar ou encaminhar concretamente, materialmente, comprovadamente, instrumentos que aqui foram apurados como cartel, para que o Ministério Público pudesse iniciar imediatamente a ação para responsabilizar criminalmente os vinte e um laboratórios, que escancaradamente... Ainda veio o Presidente da ABIFARMA, dessa organização que mandou contra os genéricos, gozou da nossa cara. E aí fora havia gente dizendo que tinha muito **lobby** aqui dentro. E eu deixei isso registrado no meu documento. Eu saio com a minha consciência tranqüila, mas saio preocupado, como Parlamentar já de cabelos brancos — não sei quantos mandatos mais eu vou ter pela frente. Mas a oportunidade que nós temos... Então, eu acho que não tenho que estar conversando mais, eu só tenho que dizer, pedir ao Presidente Marchezan e ao Relator para nós tentarmos uns dois meses, quem sabe. Não sei se é oportuno

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

agora, com eleições, né? Com eleições vai ser difícil, mas, quem sabe, a Comissão de Saúde, que o nosso o companheiro Ursicino dirige, assume a responsabilidade, três, quatro Deputados cada item desses, e se propõe a, efetivamente, apresentar algo concreto, capaz de mudar esta situação em que vive os medicamentos no Brasil e a saúde pública no Brasil. Mas essas organizações aqui do Ministério, o Conselho de Administração de Defesa Econômica, não tem poder nenhum. A saúde foi sempre menosprezada, historicamente menosprezada. Quem manda sempre são os Malans que passaram pela área econômica. Eles é que, de vez em quando, dão a fichinha para o Ministro da Saúde pra tentar realizar a sua tarefa. Essa é uma realidade que só faltou o José Serra vir aqui dizer , e não disse porque ele integra o Governo e, conseqüentemente, tem a responsabilidade, para não escandalizar. Mas deveria escandalizar, porque nós estamos tratando de doenças, nós estamos tratando da saúde pública do povo brasileiro. E essa não é a melhor forma. Eu também estou inteiramente de acordo com aquelas criaturas que querem o controle. Já houve controle no início desse próprio Governo, houve controle severo, rigoroso, enérgico. Não pode haver competitividade, concorrência no campo dos remédios, no campo da doença, no campo da saúde, doutor, porque o médico, ele exerce o monopólio. O médico dá uma receita e merece o nosso respeito. Toda vez que um médico entra na minha casa, eu tenho por ele uma paixão, porque ele vai cuidar do meu filho, vai cuidar da minha saúde. É o único, a única profissão em que nós nos entregamos de corpo e alma, sem nenhum questionamento, confiando no seu saber, na sua experiência, no seu conhecimento. Mas, lamentavelmente, ele, em dando a receita, exerce o monopólio. E vai comprar o remédio que ele está receitando e não um outro que possa fazer concorrência. Que concorrência pode haver no campo dos medicamentos? Absolutamente nenhuma. E nós vimos, aí, essas empresas que fazem a distribuição, nós vimos que um cartel, nós vimos que tem 85% dos medicamentos produzidos pelos laboratórios de capital estrangeiro, nós vimos matérias-primas, nós vimos insumos, nós vimos tudo. Só que, lamentavelmente, Deputado Ney... e eu espero que se possa chegar, porque não adianta estar chorando em túmulo errado, nem adianta estar chorando o leite derramado. O que passou, passou. Mas quem sabe a gente pode aproveitar uns dois ou três meses, ou então essa idéia de pegar a Comissão de Saúde e prosseguir com isto aqui. Mas qual seria, institucionalmente, regimentalmente, qual seria a sustentação pra que nós, V.Exa. continuasse Presidente e exigindo de cada

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

um de nós a colaboração desses projetos de lei, para que, efetivamente, haja uma política nacional dos medicamentos e dos remédios. Porque, senão, nós vamos fazer o que os outros companheiros fizeram. V.Exa. sabe que eu estou prestando uma homenagem neste discurso a Unírio Machado, que foi cassado porque foi o Relator de uma CPI de Medicamentos. Unírio Machado, que talvez tenha dito o que eu estou dizendo. Angustiado, denunciou à Nação que o capital estrangeiro toma conta de tudo, e nós não... E o americano, está lá com esse negócio do Bill Gates, ele tem lá as leis dele que não deixam os cara tomar conta lá no mercadinho deles, lá na área deles. E nós, aqui, vítimas de um avanço, de uma espoliação monumental. Eu não sei o que dizer mais, mas foi dito aquilo que eu estou sentindo. Se nós pudermos estudar, Deputado Marchezan, uma forma de continuar esse trabalho, esse relatório, com a maior estima e apreço, ele não está perto dos outros. O Deputado Magela disse bem: tem alguns relatórios que estão mais eficazes, são mais avançados um pouco, mas nenhum deles passou das recomendações. Por isso, eu tenho medo que a imagem do Congresso possa ser atingida, porque nós ganhamos espaço na mídia, na televisão, no rádio, na imprensa. E agora a gente vem com o relatório que, afinal, não objetiva o encaminhamento concreto de alguém que vá ser processado criminalmente. A CPI faz o trabalho do processo judiciário, V.Exa., que é um dos grandes criminalistas, sabe disso. Nós temos condições, nós temos competência, nós temos atribuição para tipificar ou enquadrar; não é nós que vamos fazer o processo, mas enquadrar, já sai daqui enquadrado, e não mandando para o Ministério, para que eles fiquem um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, seis anos estudando aí uma matéria que foi aqui exaustivamente estudada. Por mais amor que se tenha, por mais comprometimento que se tenha com o Governo, tenho que os companheiros que estão aqui sabem que está comprovada a cartelização daqueles 21 laboratórios, que aquele trabalho que foi dado aqui pro José Linhares tem prova de preços excessivos, de espoliação e de roubo feito contra os doentes da Santa Casa no Brasil. Nós temos prova disso. Agora, o que que nós fizemos pra tentar, pelo menos, impedir que este processo continuasse?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Obrigado, terminei.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. e colho muitas sugestões, uma das quais foi que, no segundo semestre, V.Exa. seguramente não estaria aqui, eu antevi. Então, eu acho que a sugestão de constituir uma Comissão de Saúde, que V.Exa. acaba de concordar, é uma boa idéia e, aliás, o Relator a incorporou no seu Relatório.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Eu só não quis quando eu era Presidente, porque eu imaginei que V.Exa. queria me tirar de lá, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. sabe que não era isso.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Mas foi uma coincidência muito coincidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa., por acaso, está querendo tirar o Presidente da Comissão agora? Não, não é?

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Também eu não queria naquela oportunidade. Tem a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia, pela ordem, para discutir o parecer.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu tinha feito a questão preliminar e, de fato, eu me inscrevi pra discutir o relatório, conforme a pauta do dia, mas me parece que está ainda inconclusa, do meu ponto de vista, essa discussão, porque veja: se está dado como definitivo que não vai haver prorrogação e se a lógica agora vai ser apenas discutir o relatório, penso que V.Exa. deveria, se concordar, consultar o plenário, porque nós estamos defendendo, alguns de nós, que se debatesse a necessidade e conveniência, no julgamento do conjunto dos Deputados, se devemos ou não prorrogar a CPI. Eu estou advogando que se prorrogue a CPI, para que a gente possa fazer mais investigação. Eu colocaria isso como preliminar e pondero a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu quero só dizer — e vou dar a palavra ao Relator — e queria rememorar, eu estou ouvindo algumas críticas, no meu entender, razoáveis, por tempo e não tempo, mas nós podemos, ao final, democraticamente, chegar a conclusões coincidentes. O que me interessa é tentar concluir um relatório aqui, na medida do possível, que represente o pensamento de todos os Srs. Deputados, tanto quanto isso seja possível. Agora, nós consideramos naquele exame da matéria, naquela oportunidade, primeiro, a



**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

oportunidade de se concluir o trabalho agora, porque haveria um sentimento na opinião pública e no Governo de que as sugestões desta CPI encontrariam respaldo e ambiente propício para serem implantados. Então, se nós deixarmos esse relatório pro final do ano, ele, além de sofrer todos os percalços de uma campanha eleitoral, se perderia a força das suas conclusões. Então, este era o primeiro grande motivo pro mutirão. Sentíamos que nós não poderíamos examinar todos os dados, porque ontem, quem compareceu na reunião que nós fizemos pra discutir superfaturamento viu que a Receita Federal, num processo, num processo de busca de ajuste por remessa para o exterior, de ajuste fiscal por remessa ao exterior, por taxa cambial elevada, por superfaturamento, leva dois anos e meio. Então, eu imaginei: como nós iríamos concluir todos os trabalhos? E temos muita coisa. Então, a idéia seria, realmente, de que nós pegássemos isso, algumas dessas matérias nós mandássemos para a Comissão de Saúde, para a Comissão de Seguridade Social, outras para a Receita, outras para o Ministério Público oferecer a denúncia. O nosso trabalho não ficaria de todo completo, mas ressaltar o relatório e conseguir uma série de conclusões positivas que o relatório já tem e outras que podem ser acrescentadas seriam a grande razão. Por esta razão, todo mundo decidiu, foi feito um acordo que nós terminaríamos agora. Todo mundo sabe que nós, candidatos ou não, estaremos envolvidos no segundo semestre, mesmo que alguns se disponham a vir aqui, outros não poderão fazê-lo, mesmo que não sendo candidatos terão compromissos com seu partido. E que a Comissão, então, se diluiria e talvez retomaria, na verdade, seus trabalhos só lá no final do ano. Eu sei como foi difícil a gente congregar todos os Deputados pra fazer as 60 sessões ou 59 que nós fizemos aqui. Então, eu queria, depois de discutirmos o relatório, colocar em debate. Agora, tendo em vista a insistência no assunto, eu vou ouvir o Relator. Para mim o assunto estava encerrado e nós só reabriríamos isso se houvesse um colapso até o final do mês, coisa que eu espero que não haja. Algumas conclusões serão feitas, serão incorporadas ao relatório, quer dizer, e esse debate é pra enriquecer o relatório. Afinal, fizemos tanta reunião, ouvimos tantas sugestões, quer dizer, eu acho que nós já temos um cabedal de conhecimentos capaz de oferecer sugestões concretas ao País. Seguramente volto a dizer: algumas coisas poderão ainda ser elucidadas, mas acho que nós agora perderíamos o sentido das grandes idéias que estamos implementando com esta CPI, para ficar a discutir questões de somenos importância. Eu queria que os

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

Deputados não perdessem essa perspectiva, porque não se trata de nada, se quiserem continuar mais dois ou três anos esta CPI, eu estou aqui. Eu acho que há matéria, mas acho que já reunimos matéria suficiente pra cobrar do Executivo, cobrar da Câmara, cobrar do Senado, através de projetos e de decisões, a sua implementação. Então, eu acho que nós devíamos produzir estes resultados imediatamente e depois, se fosse o caso, fazer até outra CPI ou adotar uma sugestão que o Deputado Alceu oportunamente propôs nesse sentido. Dou a palavra ao nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, não seria melhor ouvir todos os Deputados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, vou dar a palavra ao Relator.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Só se for uma coisa não conclusiva, não é?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Só um instante, por favor. Olhem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Alceu, com a sua experiência, disse, além de outras, uma coisa correta: que a CPI, regimentalmente, apresenta seu relatório, aprova ou rejeita. Mas talvez por uma tentação de masoquismo político, eu sugeri três semanas pra debate, o que foi aprovado, consta em ata. Criamos um cronograma, está sendo cumprido o cronograma. O debate está aberto aqui e o Presidente se dispõe a amiudar as reuniões até o dia 30. Então, Sr. Presidente, eu não quero ser prolixo. Eu acho que se trata de matéria vencida, mas considero e tenho que considerar relevante a opinião dos colegas que argüiram e proporia uma preliminar: que imediatamente V.Exa. fizesse uma votação simbólica, para ouvir o Plenário se considera matéria vencida ou não a prorrogação da CPI. Se porventura não considerar, então, abre-se o debate. Do contrário, nós votamos e prosseguimos nos nossos trabalhos, para que nós não percamos tempo, para que nós não percamos tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Perondi, que já havia pedido. Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, nós trabalhamos seis meses, e aqui há Deputados que trabalharam muito. A Deputada Vanessa, por exemplo, foi brilhantíssima e está apresentando sugestões. Tem material muito rico para que nós possamos fazer propostas fortes à área executiva e também material

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

muito rico para que nós possamos fazer propostas aqui de ordem legislativa. Não há razão para nós prorrogarmos esta CPI. Segundo, os colegas estão questionando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sr. Deputado...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não, eu preciso fazer uma defesa aqui ao Sr. Relator, preciso fazer. Então, eu gostaria que o senhor me desse ao menos mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mais um minuto para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O Relator foi democrático, aberto, flexível. Eu ouvi um colega aqui fazendo críticas, mas eu pediria que o colega apresentasse sugestões — e ele está aberto — para o controle de preços. Realmente está aberto. Se o colega tem sugestões, porque ele foi duro nas críticas ao Relator. Mas eu pergunto: será que apresentou uma proposta concreta ao Relator? Acho que está na hora de nós juntarmos todo esse material, fazermos a proposta. E eu não me filio àqueles colegas que estão desmerecendo o nosso trabalho, inclusive o deles, inclusive o deles, porque eles estão junto neste grande grupo aqui. Depois desta CPI muda-se a história da política de medicamentos neste País. Só cego que não quer ver. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Eu vou colocar em votação a proposta do nobre Relator, no sentido de que...

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Não tem como aprovar parcialmente o relatório, para deixar pra depois o definitivo?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Não tem como aprovar parcialmente o relatório, ou alguma coisa qualquer, pra deixar por fim do ano?

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Para um esclarecimento, para uma questão de ordem, pela ordem?

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Sr. Presidente, o senhor sabe muito bem que eu sou um homem muito moderado, eu escuto muito, eu acho que eu vou fazer uma proposta que pode ser conciliatória, porque realmente eu acho que nós não estamos contentes com o que foi apurado em tudo, que nós não temos todos os dados, chega no dia de discutir o relatório e nós temos aqui 180 documentos, quer dizer, em tudo isso que foi colocado, todos têm um pouco de razão. O Sr. Relator apresentou 11 tópicos no seu relatório. Aqui está a discussão de uma prorrogação do mandato, está-se falando em segundo turno, no segundo semestre. Eu queria fazer uma proposta: que a gente possa discutir um título desse por reunião, um título desse por reunião, isso dá um total de 11 reuniões, discutindo o relatório por tópicos, e a gente concluir esse relatório no dia 30/06, que é antes do término do primeiro semestre. E aí todos vão pra sua campanha política. Eu estou dizendo isso porque eu estou sentindo que não existe um consenso em torno do relatório. Acho que a CPI poderia sair vitoriosa se tivesse um relatório por unanimidade. No caso, é uma tentativa de atingir essa unanimidade. Então, essa é a proposta que eu faço ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou submeter, antes da proposta de V.Exa., eu vou submeter a questão colocada pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, eu estou querendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Se a prorrogação é neste instante matéria vencida...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Estou querendo uma questão de ordem exatamente para contraditar essa proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Veja o seguinte: eu quero fazer uma ponderação em forma de questão de ordem ou, o contrário, uma questão de ordem em forma de ponderação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou dar, sob qualquer título que V.Exa. fale, desde que seja rápido, entendeu? A qualquer título que V.Exa. quiser, dou a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Veja o seguinte: não se pode, Sr. Presidente, votar se é questão vencida ou não. Nós votamos aqui, eu não estava

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

aqui na reunião, um requerimento que eu propunha prorrogar por 60 dias e foi aprovado 15 dias. Esses 15 dias nós já estamos avançando nele. Então, esta já é questão vencida, porque nós já estamos nele. O que a Deputada Vanessa e o que nós estamos propondo não é esta prorrogação, é uma nova prorrogação. Então, não é questão vencida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas então eu vou colocar diferente.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Assim nunca haverá questão vencida regimentalmente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não, não. Nesse caso, não haverá mesmo, porque o que há é um novo requerimento, que, apresentado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu vou botar diferente, Deputado Magela.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Então, Sr. Presidente, só um minutinho, porque V.Exa. não poderia votar se receberá ou não um requerimento, porque qualquer Deputado pode fazer um requerimento. O que V.Exa. pode fazer é...

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. me permite? Foram considerados prejudicados todos os requerimentos e consta em ata, Deputado. Por isso que é importante a preliminar: se reabre o caso ou não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Mas não pode.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Pode, a maioria é quem manda.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não, mas é isso o que eu quero dizer, a maioria pode decidir da seguinte forma: apresentado o requerimento para nova prorrogação, vota contra ou a favor do novo requerimento. Não é se a questão é vencida ou não, vota a favor ou contra a nova prorrogação. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou atender V.Exa., vou atender. Não tem problema, eu até entendo a sua ponderação.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente, só para esclarecer. Me parece que já houve uma decisão da Comissão sobre o roteiro de cronograma final, é isso o que entendi que o Relator está querendo colocar. Então, Sr. Presidente, se já houve essa decisão, nós não podemos estar, eu considero, então, que absolutamente é matéria vencida. Se já houve a decisão da Comissão

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

na definição de um cronograma final, nós não tínhamos que estar discutindo novamente esta questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está certo. Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Max Rosenmann, o último orador, depois vamos ter a votação.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, Sr. Relator e senhores membros aqui da Comissão, acho que ficou muito clara a locação, quando nós aprovamos, da discussão em duas semanas, se não me falha a memória.

**(Não identificado)** - Três.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Três semanas. E é muito claro também que a pauta de hoje diz: apresentação e discussão de sugestões. Quer dizer, o Relator abriu, ele disse: meu relatório é esse e as sugestões que os senhores tiverem nos mandem por escrito e, talvez, até falado aqui, porque são sugestões. Desde que esta reunião foi aberta, tenho ouvido aqui só reclamações, insatisfações e um espírito derrotista da coisa, quando, na verdade, o que está faltando aqui é competência na apresentação, eventualmente, de sugestões de todos nós. Se alguém está insatisfeito, pontualmente, pontualmente apresente a sua sugestão. Na questão, por exemplo, da distribuição de medicamento, ficou nítido que existe uma portaria do Governo que determina 30% para não sei quem, tantos por cento para não sei quem e tantos por cento pra venda. Se há uma insatisfação, que isso é um sistema que engessou a distribuição, que causa dano ao consumidor final, vamos apresentar uma sugestão ao Governo sugerindo uma modificação nesse conceito de percentuais, que praticamente quase que estabelece um cartel, até orientado por uma distribuição, por uma portaria. Em outras questões, essa questão, por exemplo, do acompanhamento de preços, tão bem defendida pelo nobre Deputado Magela, ou acompanhamento, ou controle, ou tabelamento, proponham, tragam a sugestão, acho que está aberto. Agora, o que não pode — e isso que eu quero deixar muito claro — é virem aqui criar um clima, como se nós não tivéssemos trabalhado, não tivéssemos feito a lição. Acho que houve avanços sim, Sr. Presidente, o senhor sabe talvez melhor do que eu os resultados havidos perante a opinião pública. Agora, eu acho que esse assunto ele é um assunto interminável, com CPI ou sem CPI. O ano que vem nós vamos ter mais razões novamente para fazer outra CPI, porque é um assunto muito grave e interminável. Agora, aceitar e vir aqui realmente tirar aquilo que foi estabelecido, eu

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

sou absolutamente contra e quero externar que eu vim aqui para ouvir e julgar as sugestões, para enriquecer e melhorar o relatório. Então, eu sou contrário a qualquer tipo de prorrogação, até porque é inoportuno, ou seja, a oportunidade não é adequada, porque nós não vamos transferir as eleições e não adianta nós prorrogarmos em cima de prazo, porque ninguém virá. Agora, o que eu quero também deixar claro, Sr. Presidente, é essa questão de sugestões para outras Comissões, acho que isso enfraquece. Essa é a minha opinião. Nós terminamos o nosso serviço e aproveitem as nossas propostas o Governo ou seja lá quem for. Agora, ficar transferindo tarefa que não foi encerrada, seja pra outra Comissão de Saúde ou para a Receita...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Isso é outra coisa, para depois.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - É uma outra coisa. É uma questão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nesse caso, eu só queria prestar a V.Exa. um esclarecimento e vou botar em votação: primeiro, eu não vejo, nas observações que fez o Deputado Magela, muita distância do Relator não, por isso pedi que ele propusesse por escrito, porque a partir disso nós vamos... no relatório tem muitas destas coisas. Então, eu não gosto desse negócio, eu quero é coisas concretas. "Olha, não dá pra aceitar essa proposta, não dá". Segundo, queria responder: em todo Regimento Interno perpassa a idéia de que a qualquer momento qualquer documento pode ser emendado, pode ser melhorado. Esta idéia de que o relatório é rejeitado ou aceito, é quando o Relator é intransigente e não aceita emendas nem nada. "Este é o meu relatório. Quem quer, vote comigo. Quem quiser, não vote". Não é essa a posição do Relator, não é? Então, nesse sentido. Então, eu vejo que nós estamos, nós podemos construir e estamos falando muitas vezes linguagens diferentes. Então, eu quero ver que a gente, eu quero provar nas emendas, para ver se nós temos distância mesmo. E eu acho que não vamos ter, mas eu quero chegar a isso aí. Então, eu vou botar em votação o requerimento da Deputada Vanessa, de prorrogação.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Sr. Presidente, o método utilizado é absurdo, porque o relatório, o Relator teve três meses, quatro meses com assessoria. Agora, entregar o relatório para o Deputado apresentar emendas é uma

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

coisa que foge ao bom senso. E mais, eu desafio se alguém do Governo fez alguma emenda nesse relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já fiz algumas.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Eu gostaria de conhecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Por exemplo, vou dizer a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Eu quero conhecer, eu quero conhecer por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ah!

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Por escrito. Esse negócio de fazer verbal, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, vou fazê-lo, vou fazê-lo, o Relator já incorporou.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Relator, entrega o meu relatório, meu querido e futuro Prefeito de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o problema... Se um Deputado não pode ler para apresentar sugestões, será que...

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Sugestões verbais!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, em votação o requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, de prorrogação. Os que estiverem de acordo com a Deputada Vanessa permaneçam como se encontram, os que estiverem contrário sinalizem. *(Pausa.)* Quatorze a cinco. Portanto, está rejeitado o requerimento. Prossigo com a discussão. Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados pares da Comissão, como nós apresentamos uma preliminar, que era para haver prorrogação pra que essa CPI continuasse a fazer investigações, e isso acabou de ser rejeitado por amplíssima maioria, o primeiro registro que eu quero fazer, portanto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Antes de V.Exa., vou mandar duas sugestões que eu recebi de Deputados da base do Governo ao Deputado Alceu Collares. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas pra uma correção técnica. O senhor falou cinco votos pela prorrogação. Eu queria que o



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

senhor desconsiderasse um voto. O senhor contou o voto do Deputado Márcio Matos, e ele é suplente com os dois titulares presentes, Geraldo Magela e Arlindo Chinaglia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, são quatorze a quatro. Está bom, prossigamos. Tem a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia. *(Pausa.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria a atenção dos senhores nobres pares ao Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu atribuo, digamos, esse burburinho a uma comemoração natural de quem ganhou aqui essa votação, mas eu estou absolutamente seguro de que essa votação não retrata um sentimento de justiça que existe fora do Congresso Nacional. Eu faço essa observação deixando claro que o suposto desafio de que emendas devem ser apresentadas por escrito nada mais é do que uma tática política na qual, evidentemente, eu quero dizer que não vamos entrar.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - É evidente.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. permite?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Permito.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu me disponho, eu estou anotando, me disponho a conversar com V.Exa. e com qualquer outro Deputado, independente de ser por escrito. Recolhi as sugestões do Deputado Geraldo Magela. Achei uma delas interessante, quero amiudar. Recolhi a sugestão do Deputado Collares com relação à Comissão de Saúde e até me ocorreu a idéia de propor uma Comissão antes aqui da... uma representação da CPI para falar com o Presidente Temer para dar prioridade a uma reforma regimental que cria a Comissão de Saúde e, conseqüentemente, continue, dê continuidade. De forma que não precisa ser por escrito, eu me disponho oralmente. Vou recolher oralmente as sugestões, e se houver necessidade, eu volto a falar com V.Exa. De forma que não paire dúvida do desejo de aprimorar esse modesto trabalho.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - V.Exa. é muito mais experiente do que a gente pensa.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não, é apenas recolhendo de V.Exa. a sabedoria da orientação de V.Exa.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - É muito competente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Relator, eu gostaria que V.Exa. retratasse qual é a emenda que o Deputado Magela apresenta que V.Exa. acatou, para que eu, eventualmente, não chova no molhado. Qual foi a sugestão do Deputado Magela?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - As duas sugestões que eu anotei do Deputado Magela são: primeiro, controle de preço. Há no relatório o Título V, que é exclusivo sobre monitoramento ou controle, isso é uma questão semântica. Então, eu vou conversar com o Deputado Magela para ver, nesse Título V, o que que ele acrescenta ou deixa de acrescentar — ponto um. Ponto dois: ele propõe que exista, pelo o que eu assimilei, que exista no mercado brasileiro genérico e remédio de marca. A única questão que eu quero ver operacionalmente é a questão de como vamos passar para a sociedade a idéia de que os similares atuais têm qualidade, se eles não se submeterem aos testes, mas eu vou estudar com V.Exa. isso. Pelo que eu recolhi, Deputado Magela, foram essas duas idéias concretas de V.Exa. Se tem uma terceira, eu anotarei com prazer.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É por orador inscrito, quer falar?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria registrar que, do ponto de vista de controle de preços, primeiro, não pode haver uma confusão conceitual, até porque é necessário esclarecer o que é que cada um entende sobre controle de preços. Eu pergunto ao Sr. Relator, ele pode responder depois, quando julgar oportuno, se está no horizonte do Relator que o controle de preços envolva: 1 - planilha de custos da indústria; 2 - que a partir de uma planilha de custos, independente da indústria, se estabeleça o preço de fábrica excluindo-se aquele percentual das distribuidoras; 3 - que se negocie, e eu diria que se pressione a indústria a negociar margem de lucro; 4 - se no controle de preços vai estar proibida a bonificação. Por que proibir a bonificação? Porque é o mecanismo de sonegar impostos, é o mecanismo de fazer BO, é o mecanismo de permitir uma série de atividades rigorosamente ilícitas que nós ainda não, lamentavelmente, conseguimos dimensionar no todo, porque acompanhamento de preços, do ponto de vista de colocar, por exemplo, como o Sr. Relator já declarou em outras oportunidades, de estabelecer preços pela média internacional, talvez

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

hoje os medicamentos no Brasil já estejam na média internacional. E por que que é que nós não concordamos com a tese? Isso precisa ser melhor debatido.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Permite?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É pontual. É bom esclarecer. O que eu falei aqui como proposta em debate não é a média de preço internacional do medicamento, é a média de preço internacional do insumo importado, é diferente. E na planilha representa de 10 a 30% em média, né, o preço geral.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso, veja. Pela oportunidade da sua observação, me lembro que V.Exa. falava de insumos. Entretanto, algumas versões, e aí era exatamente para que V.Exa. já se pronunciasse, se pronunciasse e já se pronunciou, é porque, na nossa opinião, existem alguns modelos no mundo, tipo Inglaterra, onde, pelo fato de haver ressarcimento do Poder Público para os usuários do sistema público, o Governo impõe uma margem de lucro. Então, nós, de maneira indireta, ao fazermos algumas perguntas ao Sr. Relator, estamos aqui apresentando aquilo que é, na nossa compreensão, algumas propostas de controle de preços. Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Para dar um esclarecimento a V.Exa. e enriquecer, eu acho que isso é bom pra o nosso debate. Primeiro, V.Exa. indaga se no capítulo, no Título V tem controle, se envolve planilha. Sim. A proposta prevê que, dá um conteúdo econômico ao ato de registro ou de revalidação do registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Hoje, esse registro ou revalidação é um ato meramente farmacológico, digamos. Então, dá um conteúdo econômico, na medida em que ...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Às vezes, nem isso.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O Título 5. Está escrito e eu mostrarei a V.Exa. e se tiverem precisão, como eu estou declarando ser esse o meu pensamento, naturalmente tornarei claro. Ponto um, então, dá um conteúdo econômico. Segundo: V.Exa. pergunta, ou melhor, sugere, com boa propriedade, que a planilha, se o preço de... quem vai estabelecer ou estimar o preço de fábrica, não é isso? O preço de produção. Aqui, nós temos o modelo de que este preço seja acompanhado, controlado, monitorado — isso o termo quem dá é o frequêns — no sentido seguinte: os laboratórios públicos serão um fator de indicação do preço de

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

fábrica, na medida em que eles funcionem como centro de excelência e se aproprie ao custo oficial aqueles custos privados.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - V.Exa. me permita, até à guisa de sugestão.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Nós descobrimos aqui na CPI diferenças brutais entre o preço da fabricação de medicamentos por parte de laboratórios oficiais e aqueles da rede privada. V.Exa. concordaria, por exemplo, que rigorosamente a partir da planilha de custos que envolve insumos, mão-de-obra, enfim, gastos, digamos, de fato operacionais, mas que não envolve propaganda, não envolve preço de referência, ...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Promoção comercial.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ... promoção etc, se V.Exa. admitiria discutir para que saísse como sugestão da CPI que a partir do preço de custo do laboratório oficial nós acrescentássemos aqueles que são custos da indústria privada e, a partir daí — porque são custos que a iniciativa privada não pode fugir, o laboratório oficial pode que nós estabelecêssemos um limite para estabelecer uma margem de lucro. Porque seria agora temerário, por exemplo, nós avançarmos aqui uma proposta, digamos: o preço de marca vai custar 30% mais do que o genérico, por exemplo, ou 50%, ou 20, mas o princípio seria de que a partir do cotejamento da planilha de custos, que eu entendi que V.Exa., digamos, até aí temos total acordo, ou seja, vamos pegar o laboratório oficial e a partir daí vamos ver quanto é que pode ser o preço do laboratório privado... V.Exa., em outros debates, e aí com conhecimento profundo da área, dizia: "Olha, não podemos cercear o direito de propriedade, o direito do comércio etc, com base na legislação vigente no País". Agora, margem de lucro nós podemos negociar.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Podemos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Por exemplo, preço de passagem é negociado, é tabelado, é controlado.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, Deputado Arlindo Chinaglia, nós estamos numa economia de livre mercado, para fazer qualquer controle de margem de lucro nós temos que mudar a Constituição. Eu, pessoalmente, sou contra, isso não é impossível, mas eu sou contra. Agora...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas veja, há exemplo...

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Permita eu concluir o raciocínio.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Mas nós podemos fazer de forma indireta, criar mecanismos que reflitam, não digo essa limitação, mas que levem na prática essa limitação, que aí, sim, é o exemplo da Inglaterra, é o exemplo do Canadá, principalmente desses dois países. Como? Pelo poder de barganha de compra do Governo, pelo sistema do Rio de Janeiro que nós estamos dando como modelo. A Secretaria Municipal do Rio de Janeiro tem um banco de dados em que levanta os medicamentos pela matéria prima, pelo insumo, pelo princípio ativo e faz um próprio controle de qualidade e compra com redução de até 95% do preço. Então, eu acho que esses mecanismos estão sugeridos no relatório, podem ser aperfeiçoados. Agora, limitar margem de lucro por lei, eu não vi dar certo em lugar nenhum do mundo, Deputado. E nós não seríamos tão ingênuos pra propor isso.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O Deputado Magela pede um aparte, eu concedo e depois retomo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Nobre Deputado, eu quero contraditar o Deputado Ney Lopes, porque me parece que ingênuo está sendo esse Governo e muito esperto estão sendo os empresários da área de medicamentos, então. Porque a margem de lucro hoje, Deputado Ney Lopes, é controlada não é por lei, não, é por portaria, que é inferior à lei. A margem de lucro do setor farmacêutico é determinada pela Portaria 37, V.Exa. sabe muito bem disso.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - No varejo. Ele já vem composto da fábrica.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - V.Exa. está falando...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Já vem composto da fábrica.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - V.Exa. está falando de margem de lucro e nós estamos falando de margem de lucro, independente de que setor seja.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - E V.Exa. sabe da oposição que esta Comissão, principalmente este Relator, fez à Portaria 37, que considerei cartelizante, isso durante toda essa Comissão.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Mas veja o seguinte, Deputado Arlindo Chinaglia, eu só tenho oposição à Portaria 37 porque ela é mal usada e ela foi feita de acordo com os interesses do setor empresarial da área de

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

medicamentos. Eu sou a favor de que haja algo que possa dar transparência à margem de lucro, possa dar transparência. Eu não quero polemizar, mas eu quero dizer a V.Exa. o seguinte...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não, mas é bom isso. Mas eu quero saber o seguinte, Deputado Magela e Deputado Chinaglia, na Inglaterra, por exemplo...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - É que nós estamos tomando a palavra do Deputado Arlindo e ele que me deu o aparte, eu não posso dar o aparte a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É, mas veja bem, mas isso é bom, isso é útil e quem sabe... Na Inglaterra...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Falta na Casa um debate assim, aberto.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Na Inglaterra, eles fazem, há referências em artigos que eu vi de um controle ou acompanhamento, o nome que se queira dar, de margem de lucro. Como? Na Inglaterra há um reembolso do medicamento, a população compra e o Governo reembolsa. Então, o Governo faz como o americano faz nos planos de saúde, ele tem uma visão dos custos, apropria uma margem de lucro que ele acha razoável para o setor e diz: eu só reembolso medicamentos tais, tais e tais. Pois é isso...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Então, Relator, foi muito oportuna...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Concordo com isso, vamos tornar mais claro.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Mas isso é o que nós estamos propondo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Relator, então, vamos propor, portanto, tentando combinar ...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Concordo com isso, bota mais claro, tudo bem, concordo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ... tentando combinar, veja, que a compra de medicamentos ela seja por parte do Governo usada pelo poder de compra que hoje não é feito.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sim, exatamente, concordo.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E a forma de usar o poder de compra é exatamente estabelecer parâmetros a partir de laboratórios oficiais, acrescentando-se aí aqueles que são custos impostos, que a iniciativa privada não tem como fugir e o laboratório oficial pode, não é obrigado a pagar em alguns casos. Porque a partir daí, veja, eu quero sugerir, e V.Exa. me parece na linha de que usando-se o poder de compra e a partir do poder de compra negociar, nós podemos propor, a CPI propor que o Governo incorporasse na sua política nacional de saúde uma política nacional de medicamentos. Quem sabe o Governo brasileiro também pudesse, digamos, fornecer medicamento gratuito para alguma faixa da população. Isso, evidentemente, não dá para nós aprofundarmos aqui. Mas nesse mesmo sentido eu quero chegar em genéricos. Onde é que tá o problema de genéricos em nosso País da forma com a lei está posta? É que o genérico ele entrou na lógica do mercado, e na lógica do mercado só vai haver fabricação de remédios se houver conveniência da empresa. O que que já tá ocorrendo hoje? Já há bonificação tanto do similar, que é público e notório e antigo, como já deve estar havendo, dizem que já há, bonificação em genéricos. Pois bem, eu acho que isso é inadmissível, é inadmissível. Daí, nós temos que ter uma proposta. O Deputado Magela apresentou de maneira genérica, eu também vou, digamos, ainda de maneira insuficiente a minha proposta, é que nós não podemos permitir que genérico entre na lógica do mercado. De que maneira não? Tem que haver ou na forma de portaria, ou na forma de lei uma determinação do Poder Executivo, via Ministério da Saúde ou Agência Nacional, para que determinadas empresas que se habilitam para a produção de genéricos, isso tem que constar dessa sua habilitação, preço, tem que constar a distribuição, tem que constar o compromisso de não poder faltar, porque senão, na continuidade... Aliás, o Presidente, em pleno final de semana, me pareceu, eu sei que recebi um fax, acho que na segunda-feira, de um artigo que foi publicado no jornal **Zero Hora**, onde um médico, que não me ocorre agora o nome, lamentavelmente, explicava como é que genérico desaparece das prateleiras. Bom, mostrando a experiência de outros países e portanto prevendo, era óbvio, que isso deverá ocorrer no Brasil, como já está ocorrendo. Então, na questão de genéricos, além de preços, eu acho que tem que ter uma determinação do Poder Executivo, porque senão se credencia, mas depois não cumpre. Porque eu acho que é o único mecanismo de fato para obrigar a continuidade e dar sustentação à política para genéricos.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou, anti-regimentalmente, apartear. Eu acho que o Relator contempla alguma coisa. Isso são os chamados critérios econômicos para registros de medicamentos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Exato. O que nós estamos defendendo é a explicitação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É uma experiência de alguns países.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - E é uma coisa interessante, nova.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É uma sugestão do Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, eu acho uma boa sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Alceu Collares ouviu? É sugestão do Presidente.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Foi a sugestão do Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Só por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu mandei duas pra V.Exa. já, do Deputado Linhares e de... Qual é o outro Deputado? Mandeí duas a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Olha, Sr. Relator, uma outra observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Perondi também.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Então V.Exa. acha que atende essa colocação do Deputado...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, eu não conheço ainda...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Mas eu digo o conteúdo econômico no registro.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E garantia, digamos, de não haver interrupção. Tem que ter um compromisso, porque senão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Isso serviria depois também para acompanhar, pra fazer o controle de preços...



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ...porque esta seria a maior referência para justificar por que que aumentou. Teria o registro da planilha econômica da proposta e tudo o mais.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E ao discutir a planilha, aí o Governo, ele colocaria técnicos ou da Farmanguinhos ou do Hospital das Clínicas de São Paulo, enfim, pra que a planilha não seja apenas uma "oferenda", entre aspas, da indústria farmacêutica, porque ela coloca o que quer, o resultado que sai até hoje tenha sido aceito como verdadeiro, uma verdade rigorosamente absoluta. Mas aproveitando este tema, Sr. Relator e Sr. Presidente, demais pares, eu entendi que o Sr. Relator, ao produzir o relatório, ele faz uma defesa, digamos, de maneira geral, do laboratório oficial. Entretanto, em dado momento, eu entendi assim — outros companheiros também entenderam —, que, na prática, o Relator pode estar defendendo a privatização de laboratórios oficiais. Eu aqui não vou ter tempo agora, não vou conseguir localizar os dois itens, mas peço que alguém da Assessoria localize.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Aí é o máximo da prevenção contra os liberais.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, não é. Não é. Não é.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É a síndrome, já.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, não é. Veja, porque, ao dar a possibilidade de o laboratório oficial mudar o seu regime jurídico ou uma outra possibilidade que nós não temos, digamos, conhecimento, é esta... Digamos, pode ser um temor exagerado, mas é bom que o Sr. Relator explique isso, se possível.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Claro, com muito prazer. E é bom que V.Exa. faça. Primeiro eu me disponho a declarar abertamente, deixar claro, consignado, que não existe — V.Exa. tem razão, eu brinquei —, mas deixar claro para que não haja essa dúvida, porque na verdade não me move essa intenção — primeiro. Segundo: o que eu falei do regime jurídico é o seguinte, Deputado Arlindo Chinaglia, o que a gente viu, por exemplo, na FURP de São Paulo — V.Exa. é de São Paulo —, foi durante muito tempo antro de corrupção. Aí entra um Governador sério, funciona. Entra um Governador que faz daquilo política, vira... Então, qual foi a minha sugestão? Nós incluímos na reforma administrativa em vigor uma forma de funcionamento da empresa da administração indireta pelo contrato de gestão. Ela é

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

pública, mas ela funciona com agilidade. Ela não é burocratizada. Ela não se submete às amarrações normais de um órgão público no sentido genérico do termo. Então, eu apenas dei a sugestão de que os laboratórios oficiais, centros de excelência, como eu chamo aqui, eles fossem, sob a forma jurídica do contrato de gestão, que o contrato de gestão é órgão público, não é privado! Está na Constituição.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Já entendi e era o meu temor. Veja, essa discussão do que significa o contrato de gestão ou até mesmo as chamadas organizações sociais, ela tem um elemento que, na nossa opinião, ...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Presidente, depois eu gostaria...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ...permite que, a critério do Poder Executivo...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ... seja escolhida aquela instituição que vai eventualmente ser...

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Quando terminar, eu gostaria de usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem que se inscrever.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Estou pedindo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Então, a idéia de fazer um contrato de gestão é exatamente no sentido de permitir ao Poder Público que, sem controle de fato da sociedade, ainda que na reforma administrativa esse fosse o discurso da reforma, do Plano Diretor que o Bresser apresentou, então, a idéia do contrato de gestão dá ao Poder Executivo o poder discricionário de escolher quem é que vai fazer o contrato de gestão. E aí nós temos a experiência, recentíssima em São Paulo, do PAS, onde, também com o discurso de dar agilidade, livrou-se o Poder Público da Lei, por exemplo, de Licitações, onde um portentoso orçamento, que é o da saúde da cidade de São Paulo, ficou nas mãos do Pitta, nas mãos das cooperativas. E deu no que deu. O único discurso que o Maluf vai poder fazer agora é que, se fosse com ele, não teria havido confissão, para poder escapar do que ocorreu, porque ele implantou no final do seu Governo. Pois bem. Então, de fato, queremos registrar que nós somos contrários a essa proposta de se fazer um contrato de gestão, até porque, como V.Exa. apontou... E eu tenho experiência,

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

porque, com denúncias de quando fomos Deputado Estadual em São Paulo, derrubamos duas diretorias da FURP. E não foi necessário, digamos, mudar o tipo de organização da entidade pra que fosse pra lá outras pessoas que, até onde se sabe, espero que não estejam cometendo nenhum tipo de ilícito, como se cometeu em passado recente. Então, eu estou pegando o mesmo argumento, o mesmo fato que V.Exa. pegou pra dizer: olha, pra gerenciar bem, não é necessário mudar, digamos, o regime jurídico. O que nós poderíamos dizer é que todo laboratório público deveria ter representantes, por exemplo, da sociedade. Você criar um conselho, um conselho pra que acompanhe licitação, pra que ajude no gerenciamento. É uma proposta que nós defendemos, por exemplo, na questão da seguridade social. Um conselho onde tivesse empresário, trabalhador, inativos e Governo. Porque o controle social, creio, é o melhor mecanismo para evitar que o dinheiro público seja mal utilizado. Eu não sei que tempo ainda tenho, Presidente, mas eu queria, digamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. concedeu aparte, estou sendo generoso. Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu percebo, agradeço e vou concluindo. O terceiro elemento que eu creio que o Sr. Relator poderia refletir diz respeito à Vigilância Sanitária. O Sr. Relator, de maneira habilidosa, apontou uma série de falhas na estrutura do Executivo no que diz respeito ao seu funcionamento. Nem podia ser diferente, porque ficou público e notório, né? Aqui, desde o Deputado Marchezan até qualquer Deputado da Oposição, todos fizemos perguntas no sentido de questionar. Então, o que eu queria propor, mas agora não tem como isso ser também de maneira criteriosa aqui elaborado tampouco escrito, é que, no que diz respeito à Vigilância Sanitária: primeiro, os funcionários da Vigilância Sanitária têm que ser considerados como carreira típica de Estado, porque eles enfrentam o poder econômico, eles se submetem aos mais variados tipos de pressão. E o próprio diretor Gonzalo Vecina, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, concordou. Eu falei: "Eu vou usar." Ele falou: "Divulgue." Então, eu estou, no momento que estou julgando apropriado, fazendo esse tipo de sugestão. Segundo, eu creio que a Vigilância Sanitária, ela, ao ser instituída por medida provisória — e assim permanece —, nós devemos discuti-la. Portanto, eu quero propor que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária seja, digamos, aprimorada, debatida e, ao final e rapidamente, que nós façamos uma lei com referência à

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

Vigilância Sanitária. Quero dar um exemplo. Se nós formos cobrar hoje da Agência Nacional qualquer tipo de ausência de vigilância, e ontem nós denunciemos um fato grave: em 1999, em fevereiro, o CONATEM, que é uma Comissão do próprio Ministério da Saúde, aprovou que todos os antigripais injetáveis deveriam ser retirados imediatamente do mercado. Até hoje não ocorreu. Até hoje não ocorreu. O CONATEM é a assessoria técnica que analisa pedido de registro, que analisa a eficácia e a segurança dos medicamentos. Bom, a resposta que o Ministério deu, que também não foi divulgada, a imprensa acabou não divulgando, disse o seguinte: "Olha, nós vamos estudar." O que é uma negação da própria CONATEM. Então, esse poder discricionário da direção, desrespeitando estruturas, é muito grave. Por isso que eu estou defendendo e gostaria que essa CPI, digamos, forçasse pra que a Vigilância Sanitária... fosse debatida essa medida provisória imediatamente. Fosse um compromisso dos partidos aqui representados...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Qual medida provisória?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A que criou a Agência Nacional.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - A que criou, mesmo já tendo sido aprovada?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas veja, ela...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Seria uma reformulação.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Uma reformulação, porque, na minha opinião, ela tem ainda debilidades estruturais. E eu citei um exemplo, que é essa questão de medicamentos. Por que, senão, como é que vai cobrar que a Vigilância Sanitária funcione adequadamente? Além do que, encerrando, no que diz respeito à descentralização, que nós somos favoráveis, que contei na regulamentação da Agência Nacional, mas nós temos que, digamos, centralizar, criar alguma estrutura onde a Vigilância Sanitária do Município é obrigada a prestar contas à Vigilância Sanitária estadual, e esta é obrigada a prestar contas à Vigilância nacional, porque, senão, nós vamos acabar assistindo ao mesmo filme que nós já assistimos no SUS. A hora que falta no Município, ele joga para o Estado, o Estado joga para União e a União joga para baixo. E fica, digamos, uma idéia boa, que é da descentralização, acaba ficando sem quase um controle onde a população possa se agarrar e dizer: "Olha, a falha está aqui ou a falha está ali." Evidentemente, o tempo é curto, mas posteriormente voltaremos a essa discussão. Se V.Exa. quiser observar, eu agradeço.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu gostaria... Sr. Presidente, me permita? Eu gostaria de resumir com V.Exa., para que eu recomende uma... Primeiro, considerar os funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária carreiras típicas de Estado. Concordo, vamos incluir. Depois, eu quero também referir uma coisa que V.Exa. disse que eu achei da maior importância, que o relatório é omissivo, na nova redação da Portaria 37. É proibir a bonificação. Isso também eu considero uma boa sugestão e que eu vou recomendar na nova redação. Depois, a reformulação da estrutura da Agência através de um debate parlamentar e com a sociedade. É mais ou menos isso que V.Exa. diz, Correto. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Até porque o Sr. Relator, ele fez uma síntese dessa fase final. Aquilo que anteriormente V.Exa. tinha, digamos, refletido, no que diz a planilha, controle de preços, não está nessa síntese, mas V.Exa. não descartou, pelo que eu entendi das suas primeiras intervenções, não é isso?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não, inclusive já recomendei alteração da redação com maior ênfase. Já recomendei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Já é matéria incluída.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Vanessa Grazziotin tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de iniciar a explanação com algumas observações. Infelizmente, nós não temos tempo suficiente pra analisar o relatório no seu todo. Eu confesso que não só li, mas estudei o relatório como um todo. Comecei trabalhar em algumas sugestões, não de forma isolada, mas ouvindo particularmente entidades ligadas ao setor de saúde, particularmente aos farmacêuticos, que é categoria da qual eu faço parte. E confesso, Sr. Presidente, a V.Exa., ao Relator, aos nobres colegas que eu acho que, antes de discutirmos as questões pontuais, é preciso que cheguemos a uma conclusão naquilo que eu considero macro e como algo que foi o objetivo principal da formação dessa CPI,

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

que é a questão de preços dos medicamentos. Eu, nesses três capítulos — que, na realidade, são três títulos, não capítulos; três títulos que tratam da matéria: o Título III, IV e V —, eu não procurei ler, eu procurei debulhar e cheguei a uma conclusão, nobre Relator. Nós temos uma divergência que é de princípio, de princípio; ou resolvemos inicialmente essa divergência de princípio ou, no mais, tudo será ou se transformará em recomendações que vão ser tão aplicadas pelo Governo, tão consideradas pelo Governo como foram as recomendações das oito CPIs dos Medicamentos que se passaram. E eu dou exemplo de uma só: a última CPI, Deputado Nelson Marchezan. Depois de meses de funcionamento, de debates, de análise, de estudo do setor, chegou à seguinte conclusão: a CEME, Central de Medicamentos, cuja função não era apenas a distribuição — a centralização na compra, não —, mas era a coordenação de uma política nacional de medicamentos, a última CPI disse: "A CEME tem que ser reorientada, tem que ser corrigida suas falhas para que ela possa efetivamente cumprir a seu papel, a sua função." O que é que aconteceu com a CEME, Deputado Chinaglia, quatro meses depois? A CEME foi extinta pelo Governo Federal. Então, veja, eu não quero que nós façamos o jogo, aqui nessa CPI, do faz-de-conta, que nós apresentamos as sugestões e que o Governo vai acatar as nossas sugestões. Não acatou as outras. Falar em política nacional de medicamentos, nós não estamos falando nada de novo. Desde a primeira CPI, é levantada a necessidade de se ter uma política nacional de medicamentos, que nós não temos até hoje, Deputado Ney Lopes. Até hoje nós não temos uma política nacional de medicamentos sendo aplicada efetivamente e cujos reflexos sejam sentidos pela população de todas as formas, inclusive na democratização do acesso ao medicamento. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, me dirijo a V.Exa. particularmente, quando o Deputado Chinaglia lhe propôs, por exemplo, que faz parte da política de controle de preços: "Vamos aqui definir e limitar margens de lucro." V.Exa., de imediato, disse: "Estamos num mercado livre e uma proposta dela é inconstitucional." Então, por que que ninguém, ninguém, nenhum setor, nenhum setor, nobre Deputado, questionou até hoje a constitucionalidade da Portaria 37, se ela é de 1992? Só deixa eu concluir meu raciocínio que eu acho que eu vou ajudar mais.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu queria responder. Essa CPI se justifica até pelo fato de ter sido o primeiro setor a considerá-la inconstitucional e pedir a revogação dela.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas não está escrito no relatório. Em momento nenhum, o relatório disse que ela é inconstitucional! Eu não li, eu estudei o relatório nessa parte.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu colocarei a palavra "inconstitucional", recolho a contribuição.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pois não. Mas ninguém questionou perante o Poder Judiciário a sua inconstitucionalidade. Segundo, Deputado Ney Lopes, tem um outro problema que nós temos que considerar, do contrário, até o que foi escrito, no qual V.Exa. nos pede sugestões, nos pede sugestões está sendo posto de lado. Porque aqui, principalmente na parte do relatório que trata sobre Vigilância Sanitária, ele começa o texto dizendo o seguinte: "O setor de medicamentos, ou seja, a indústria de medicamentos no mundo é o setor mais regulamentado." E cita exemplos da Europa, cuja economia é tão liberal quanto a nossa, tão liberal quanto a nossa! E dá exemplos de controle efetivo de preços que acontece nesses países, Deputado Ney Lopes. Começa assim, mas vai adiante, diz e explica o porquê que o setor no mundo — mas no Brasil não; no mundo — é um dos segmentos mais regulamentados. Porque medicamento não é aquela mercadoria qualquer — discurso que tanto nós repetimos, que V.Exa. repetiu aqui nessa CPI —, não é a mercadoria qualquer, é mais do que uma mercadoria, é um bem social, Srs. Deputados, e como tal tem que ser tratado, não pela ótica de mercado, mas pela ótica de ser um insumo de extrema essencialidade, um bem social, sem o qual uma parcela considerável da população não consegue manter a saúde e sequer a vida! Então, eu acho que nós temos que resolver um problema, que é um problema inicial. Não quero mais nem entrar no discurso, que eu naturalmente deveria entrar, que é o problema da precariedade do nosso trabalho investigativo. Mas não quero entrar aí. Digamos que... Porque eu já fui derrotada na votação. Como diz o Deputado Arnaldo Faria de Sá, derrotado mesmo: foram catorze contra quatro. Então, não quero voltar na precariedade das investigações, mas eu quero chegar a um aspecto só, a um aspecto ainda no que diz respeito a preço. Eu até vou concordar. Vou apresentar, assim que concluí-las, porque elas não estão concluídas, as nossas sugestões, que são muitas, nobre Deputado, mesmo porque o relatório é contraditório. No item V, no item V, propõe...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu me disponho a conversar com V.Exa.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Perfeitamente. No item V, propõe a regulamentação da venda eletrônica de medicamentos, ou seja, Internet. Na que trata da Agência de Vigilância, sequer é tocado, porque é contra. A parte da consultoria que trabalhou com a Agência de Vigilância é contra essa medida. Como eu, particularmente, sou contra a venda de medicamentos através do correio, mesmo aqueles de uso contínuo. Acho que isso nunca foi e nem vai ser um dos pontos daquele tal de marco regulatório, como V.Exa. expressa no relatório. Enfim, então temos de dirimir uma divergência inicial, que é controle, para saber até onde podemos ir. V.Exa. é contra o controle de preço, eu defendo o controle de preço. V.Exa. acha que basta o marco regulatório, eu acho que o marco regulatório não vai bastar, nem a curto, nem a médio e nem a longo prazo, num País como o Brasil, onde as multinacionais deitam e rolam, nobre Deputado e nobres Deputados, deitam e rolam. E nós vimos isso na reunião de ontem, que foi uma reunião de trabalho, lá não estava a imprensa. Nós vimos que o setor deita e rola, pratica o superfaturamento no Brasil há anos e não paga nada por isso, ganha lucro excessivo, manda dinheiro pra fora do Brasil e não paga um centavo a mais, sequer, de Imposto de Renda. Taí os exemplos do Laboratório Glaxo Wellcome. Falei na presença dele, aqui, do Presidente, quando aqui veio. O Laboratório Hoechst, que consegue obter uma diferença, em um insumo só, como é o caso do Laboratório Hoechst, no caso da dipirona, que não é o maior percentual de superfaturamento, consegue uma diferença de mais de cinco milhões de dólares, conseguiu, num ano só, num ano. Mas não, não paga Imposto de Renda, e vem a Receita Federal dizer que precisa de dois anos e meio. Que nada, Receita Federal não vai atrás de fiscalizar não é porque é difícil de fiscalizar, não, é porque ela não tem gente. Ficou muito claro pra nós isso ontem. Não tem pessoal, não tem auditores fiscais, e os poucos que tem estão de greve, porque querem tirá-lo da carreira exclusiva de Estado. Porque o Governo brasileiro coloca na linha verde, não sei se é linha ou é canal verde, no canal verde, todos os insumos e todos os medicamentos importados. Deputado Collares, o senhor sabe o que significa isso? Essa decisão da Receita Federal de colocar no canal verde todos os medicamentos e insumos importados? Significa dizer: eles têm importação livre. Sequer a documentação deles é analisada pela Receita Federal, sequer a documentação é analisada pela Receita Federal. Então, achar que marco regulatório vai resolver o problema, não vai, porque o Governo não tem interesse em resolver esse problema.



**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

E o senhor sabe que dentro das regras da OMC, V.Exa. como um defensor, até exagerado, no meu ponto de vista, dos acordos internacionais, das convenções internacionais, V.Exa. sabe que não existe nenhum acordo que diga "esse ou aquele produto entra no canal verde", nenhum, nenhum. Deveria, no mínimo, ser fiscalizada não só a qualidade do produto, mas a documentação, e nem isso é. Estão lá os fiscais querendo fiscalizar e não podem, porque está centralizada a fiscalização. E nessa centralização, insumo medicamentoso, todo medicamento entra direto no canal verde, sem sequer serem incomodados, veja bem, incomodados pela Receita Federal. Falar de marco regulatório, isso é o discurso daqueles que não querem o controle de preços, daqueles que não querem ver a mudança da realidade que está imposta no País, em grande parte em decorrência de um projeto neoliberal que quer abrir, sim, o nosso mercado para atuação das suas multinacionais, obter aqui no País o lucro exagerado e excessivo que eles não conseguem manter lá nos países deles. É o caso da Glaxo, que é inglesa, Sr. Presidente. Lá elas não agem da forma criminosa como agem aqui, e o Governo não só permite como abre tudo, tudo é canal verde pra eles. Mas para o povo é tudo canal vermelho, porque o povo não tem acesso ao medicamento e não vai ter ao genérico também não. Não vamos nos enganar aqui, por que qual é o marco de referência do genérico? Não é o medicamento produzido pelo laboratório público, não. O marco, a referência do genérico é o medicamento de marca. E de quem é o medicamento de marca? É da Glaxo, é da Hoechst, é da Merck, é deles, esses que nunca passaram no Brasil, nunca passaram, Deputado Marchezan, por um teste sequer de biodisponibilidade. No Brasil, nenhum deles que a Vigilância Sanitária elegeu como medicamento de referência passou por um teste sequer de biodisponibilidade. Agora, para o genérico exige-se tudo, absolutamente tudo, e ele está atrasado. Mas, enfim, o que vai acontecer com o futuro do genérico se nós não cuidarmos de tratar o problema agora? O genérico vai ter o seu preço muito próximo ao preço de marca, ou seja, vai ficar lá em cima, não vai ficar lá embaixo. E quando eu digo lá embaixo, não quero que nenhuma indústria, que nenhum laboratório coloque no mercado medicamento abaixo do custo, não. O que nós queremos é que sejam colocados medicamentos, sim, no custo justo, pra que a população possa ter acesso a esses medicamentos. Então precisamos resolver, Deputado Ney Lopes, vamos concordar com o controle de preços. Eu vou parar, eu paro de falar da insuficiência da nossa investigação, eu paro de falar. Mas se a

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

gente apoiar um controle rigoroso, sim, que cuide não só da margem de lucro, mas que proíba a inclusão na planilha do superfaturamento, que proíba, que coloque de 15, como o próprio relatório diz, de 15 a 30% mais caro aquele produto, além de mandar, além de permitir que o dinheiro seja mandado pra fora do exterior. Que proíba aquilo que eu considero um crime, que nas planilhas — e aqui estão as planilhas, aqui estão as planilhas —, as planilhas dos laboratórios incluam amostra grátis, e que o peso da amostra grátis, na sua maioria, é superior ao peso do insumo, da matéria prima. Nós não podemos aceitar. Nós não podemos concluir o trabalho da CPI sem mostrar isso e sem mostrar para o Governo. Liberdade para esse setor significa libertinagem, abuso. Vamos controlar! E não é inconstitucional, isso é uma decisão política, sim, é uma decisão de coragem, sim, mas que, na minha opinião, nós devemos tomar a bem do Brasil, a bem da população brasileira. Vamos regulamentar no controle de preço. E mais do que isso, eu vou além, quando trata do Título IV, preços excessivos e não sei o que mais abusivo, que trata, aqui, no Título VI. Muito fraco, me desculpe eu dizer isso, mas tá muito fraco, apesar do impacto dos números, mas é muito fraco. "Indício de aumento excessivo e abusivo". Não é indício, não é indício isso, é reconhecimento, é comprovação do aumento abusivo, é a comprovação. E dizer que é difícil para os órgãos, CADE, SDE, seja lá o que for, determinar o que vem a ser um preço abusivo, de fato é difícil, eu concordo com essa parte do relatório. Mas falta uma outra parte, se é difícil detectar o que é preço abusivo, não é difícil detectar o que é aumento abusivo, e aumento abusivo foi tudo que se conseguiu durante o Plano Real, tudo o que as indústrias praticaram durante o Plano Real, tudo. Eu tenho a tabela aqui, o senhor tem, o senhor sabe disso, que mostra que medicamentos ponta de linha dos laboratórios, ou seja, aqueles mais vendidos, contra uma inflação de 60 a 70%, aumentaram 300%, aumentaram numa média superior a 300%. Isso não é indício, isso é fato, nobre Relator, isso é fato. E o relatório tem que mostrar mais coragem. Vamos ter coragem de colocar, doa a quem doer, vamos ter coragem de enfrentar o Sr. Considera, vamos ter coragem, que produziu um acordo que nós desmontamos, e eu quero ter a oportunidade de ficar frente a frente a ele, ao Sr. Considera, porque ele tenta enganar a todos, tentou enganar a essa CPI — estou concluindo, Deputado Nelson Marchezan...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem. Conclua, Deputada.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Tentou enganar essa CPI, porque ele usou números falsos, ele usou números manipulados para dar a base ao Sr. Malan, para dizer que não há nada abusivo, em prejuízo à população. Enfim, eu teria tantas outras coisas a falar sobre os genéricos, sobre laboratórios públicos, mas eu acho, nobre Presidente, eu acho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Faça por escrito, Deputada, emende, modifique, sugira.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas eu quero uma modificação só, uma só, senão as outras não vão valer de absolutamente nada: vamos defender o controle de preços. E mais, a revisão de todos os aumentos praticados durante o Plano Real. E me desculpe, nobre Relator, eu fazer essa crítica, mas na página 1 do Título V, essa é uma explanação não só tendenciosa, mas é uma explanação dos empresários, porque esse título faz uma avaliação de quando o setor era controlado. E através dessa avaliação diz que ele não pode mais ser controlado. E diz o seguinte: que os empresários — pelo menos nisso foi honesto o texto —, os empresários entendem que o grande responsável pelas dificuldades do setor, na época, foi o controle, e que eles utilizavam os expedientes para burlar o controle de preços. Que expediente eles usavam à época, que por acaso não usam mais? O superfaturamento, via compra direta da matriz? Isso acabou no Plano Real, com o preço liberado? Não só não acabou como vem se agravando, Deputado Ney Lopes. Mas, mais adiante... é... é... maquiavam produtos, pequenas modificações pra justificar o aumento de preços. Acabou, durante o Plano Real? Não acabou, não. Pronto, procura na ANVS a quantidade de produtos maquiados pedindo novo registro pra botar o preço lá em cima. Então, eu quero, Deputado Ney Lopes, de V.Exa... de V.Exa. a resposta. Vamos controlar preços? Eu tenho um monte de propostas, e acho que a sociedade pode nos apoiar. Meia dúzia do Governo, talvez, joguem pedra na CPI, mas a população brasileira, o setor de saúde, o Conselho Nacional será o primeiro a se levantar em apoio, Deputado Nelson Marchezan, a V.Exa., ao Deputado Ney Lopes e a todos os membros desta CPI. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Apenas para ler por completo o item citado ao final pela Deputada Vanessa Grazziotin, me comprometendo a receber as suas sugestões, contraditando esse

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

item. Diz o relatório: os medicamentos mais tradicionais eram justamente os mais controlados pelo seu maior consumo e necessidade. Em síntese, os empresários, para driblar o controle de preços, passaram a adotar vários expedientes, tais como: cobrança de ágio, maquiagem de produtos, pequenas modificações nos produtos controlados para justificar preços acima do permitido, adicional de frete...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Como é a seletiva do início do parágrafo?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - ...venda casada, superfaturamento via compra direta da matriz, uso de matérias-primas e embalagens inferiores e até aumentos com autorização forjada. Se impossível a adoção de quaisquer desses expedientes, ocorria o desabastecimento. Esse é o parágrafo completo, mas eu estou aberto pra receber a sugestão de V.Exa., de forma que se encontre a vacina para esse tipo de doença.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor me responda: não há mais superfaturamento, hoje, na importação?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - De acordo com o que nós identificamos, não há superfaturamento.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Na importação, não há?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Não há.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não há? Então, nem o insumo é importado superfaturado?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. precisa ser honesta para dizer o que os técnicos da Receita Federal disseram a nós, Deputada Vanessa. V.Exa. é especialista em levantar dúvidas, suspeitas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Os técnicos...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O que é que os técnicos da Receita... Então a Receita Federal tem que ir pro banco dos réus. A Receita Federal disse: "Há preço de transferência definido em lei..." Eu me manifestei achando perversa esta lei. V.Exa. estava na reunião. Eu acho perversa não pelo preço de transferência, que é um ato de compra de importação, mas pelo fato de repercutir no preço final.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não foi isso que eu ouvi na reunião, Deputado. Eu saí da reunião com outra leitura. Eu saí da reunião com outra leitura, não com essa.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Estou propondo... estou propondo a média do insumo, do preço do insumo, estou propondo, já, para aliviar isto, já para... a média do preço médio do insumo no mercado internacional, para aliviar essa perversidade. Agora, existe a legislação, e eu não posso ir contra a lei. A democracia que eu acredito não é a democracia que rasga lei, Deputada Vanessa Grazziotin. Se a de V.Exa. é, é problema de V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas ninguém tá propondo rasgar a lei, nobre Relator. Ninguém tá propondo rasgar a lei. Em obediência da lei, determinar o controle de preços, que legalmente é permitido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O tempo de V.Exa. está esgotado, nobre Deputada. Eu abrirei uma outra rodada. Com a palavra o...

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Nobre Relator...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Nobre Relator, nobre Relator, se V.Exa. não ficar bravo e não gritar, nós vamos entender melhor o pouco que V.Exa. está dizendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Muito obrigado. Com a palavra, Deputado Linhares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, eu penso que nós temos aqui vários...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está com a palavra como orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Como orador inscrito, mas eu queria pedir pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem? Então tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Que nós tivéssemos um tempo, porque senão vamos começar a Ordem do Dia e nem todos falam. E em segundo lugar nós estamos discutindo um relatório. E aí faça como eu fiz: propostas concretas, diretas, para que o Relator aceite ou as rejeite. Senão nós vamos ficar aqui fazendo discurso ...

*(Intervenção inaudível.)*

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Espera aí, ô! Você não está presente. Deixe de criar problemas, tá? Vai à merda, tá? Antes que eu me esqueça... Tem V.Exa. ... Nobre Deputado, eu vou fazer um esforço, mas, muitas vezes, quando o Relator começa a debater com o Deputado, eu não quero interromper. Muitas vezes é elucidativo. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Eu estou propondo aqui ao Relator algumas medidas bem concretas, como por exemplo um fator moderador dos preços nacionais, através de insumos e... para insumos e equipamentos, que é a nossa tarefa, como Sub-Relator. Que nós tenhamos o preço, também, dos produtos no estrangeiro, para que nós possamos ter elementos moderadores. Isso é uma das propostas. Outra proposta...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Só um minuto pra eu encontrar aqui a cópia.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Então, a primeira é: "Como fator moderador dos preços nacionais dos insumos e equipamentos hospitalares, propor que as unidades hospitalares possam, quando necessário, ter acesso a esses produtos no mercado externo com desembaraço alfandegário mais ágil e quando possível incentivos nos impostos de importação. É imprescindível para essa operação que as unidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde — SUS ofertem, no mínimo, 60% dos seus leitos ao atendimento de paciente deste sistema". Coisa bem concreta. Dois: "O registro desses produtos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária deverá ser priorizado e o fato destes equipamentos e insumos estarem registrados junto a órgão de vigilância sanitária dos países fabricantes, com as mesmas funções que tem a nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, será um fator preponderante para o registro e sua agilidade". Para que a nossa vigilância tenha agilidade. "No ato do registro, o fabricante, quando for registrar junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, deverá apresentar proposta de preço para comercialização do produto nos três meses subseqüentes ao mês de concessão do registro, bem como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia regulamentará um dispositivo que imponha aos fabricantes a garantia, por um determinado tempo, da atualização tecnológica para o produto que ele está... que ela está... que ela propõe a comercializar no País. Isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, é o problema do

### TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

**upgrade:** se compra hoje um medicamento, amanhã coloca um **chip** e duplica o preço. Então, nós temos de chegar e prevenir isso. A criação de uma denominação comum brasileira, específica para o setor, onde serão agrupados os produtos com suas descrições técnicas. Isso é fundamental. Quem vive dentro de um hospital sabe que fio cirúrgico tem de um metro e cinquenta, de um metro e sessenta, tem de noventa centímetros. Isto faz com que... esta nomenclatura é de relevante importância para que se evite as distorções de qualidades e especificações encontradas no mercado atual. Tem preço que concorre, mas vai ser de uma qualidade totalmente diferente. Esse... essa denominação comum, brasileira — DCB, que nós estamos chamando — deverá ser precedida de parâmetros técnicos estabelecidos entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e também o Ministério de Ciência e Tecnologia e o INMETRO, em que fique estabelecido, por produto, suas especificações quanto à matéria-prima... Nós temos exemplos e mais exemplos de matéria-prima de luva, por exemplo, em que a matéria-prima é de péssima qualidade, e o preço lá embaixo, mas a matéria-prima não condiz com as dimensões — o problema do fio cirúrgico —, o acondicionamento, o transporte, o peso e o lote, que no... no... nos insumos hospitalares não existe nada disso, por enquanto. Queria que o nosso Relator acatasse essa sugestão, que é bem concreta. As ações referentes aos produtos, que são alvos desta CPI, deverão ser monitoradas pela Câmara dos Deputados, através de Comissão Permanente sobre o assunto. É uma proposta. Quer dizer que, embora que nós encerremos esta Comissão, na Comissão de Seguridade Social, na Subcomissão de Saúde, ficará permanentemente monitorando, para que essa Comissão... que ela se extingue no seu aspecto jurídico de CPI, mas ela continua sendo dinâmica na sua continuidade. A instauração de uma Comissão específica na área de saúde para a revisão da lei. Isso aqui eu tô trazendo... O CONASS e o CONASEMS foi que nos pediram essa revisão. Revisão da Lei de Licitação nº 8.666/93, no que se refere a medicamentos, insumos hospitalares e correlatos, dadas as freqüentes reclamações do Ministério da Saúde dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, que não consegue muitas vezes conciliar o binômio preço e qualidade. Isso é importante, porque, hoje, Estados há que estão cobrando mais caro do que o mercado, porque existe o cartel dos que estão entrando dentro da licitação. Oitavo: "Obrigatoriedade por parte das indústrias farmacêuticas na comercialização de medicamentos para estabelecimentos hospitalares, com embalagens específicas para o setor,

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

acarretando com esta medida uma redução no preço de ordem de 5%, bem como facilitando o manuseio e a dispensação dentro destas unidades. Como exemplo podemos citar: caixas com colmeia para ampolas em apresentação comercial mínima de 50 unidades; blisters picotados em caixas que acondicionem entre 200 e 500 comprimidos ou cápsulas; soluções e suspensões acondicionadas em flaconetes com a dose padrão". Abre-se um vidro de suspensão, usa-se uma colher e o resto é colocado fora. "Implementação das câmaras setoriais — senhor... nós tínhamos essas câmaras setoriais funcionando — para os insumos e equipamentos hospitalares, junto ao Ministério da Saúde. Implantação de um banco virtual de preços no Ministério da Saúde, incluindo todos os insumos e equipamentos médico-hospitalares funcionando da seguinte forma: as unidades hospitalares credenciadas ao SUS enviariam demandas mensais destes produtos por via magnética, para o banco de dados do Ministério da Saúde, que consolidaria esta demanda; formação de preços máximos de compra através dos seguintes parâmetros: preço fornecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária no momento de registro do produto; média das licitações nacionais dos últimos dois anos e média internacional; caso seja encontrado alguma discrepância relevante, o Ministério da Saúde teria prerrogativa legal para solicitar a abertura da planilha de custos, junto ao fabricante ou fornecedor, com o objetivo de checar as informações; o Governo, a título de auxílio às unidades hospitalares distantes dos grandes centros comerciais — Sr. Relator, eu pedia uma consideração especial a este ponto, porque é um problema muito sério —, implantaria um sistema de compensação do frete aos distribuidores e fornecedores, com crédito de ICMS e IPI, no intuito de garantir um preço adequado para estas unidades e incentivo ao comerciante do setor a operacionalizar a comercialização. Esta matéria deverá ser regulamentada pelos órgãos envolvidos nesta macropolítica". Por exemplo, um medicamento como gases, lá no Acre, sai com preço seis vezes maior do que um em São Paulo, por exemplo. E por fim: "Após o término dos trabalhos desta Comissão, para o aprofundamento técnico, sejam os dados aqui apurados, enviados à Comissão de Seguridade Social e Família, na Subcomissão de Saúde, referentes aos seguintes assuntos: insumos e equipamentos médico-hospitalares; problemas com as unidades de diálise e os seus fornecedores de equipamentos apurados na Audiência Pública do dia de 03 de maio de 2000". Sr. Relator... E pedíamos a V.Exa. uma emenda... uma sugestão de emenda supressiva, quando



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

nós não vamos nos guiar simplesmente pela ABIMO, porque eu tenho uma relação de fornecedores também, tão bem, tão bom, dentro de seus produtos, mas nós não citássemos nenhum, nem citássemos, por exemplo, a Tacaoca(?), que não está citada, a Biotroni(?) também, que não está citada. Então, nós não citaríamos nenhum, para que não fizéssemos, digamos assim, alguma propaganda indireta. Seria estas as nossas sugestões bem objetivas, e entregues por escrito ao Relator, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr. Presidente, para prestar uma informação rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao nobre Deputado. Obrigado, Deputado. Tem a...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Prestar uma informação rápida. Sr. Presidente, durante a minha fala e a fala do Deputado Arlindo Chinaglia, nós fizemos algumas observações, e eu fiz, particularmente, duas propostas; o Arlindo, diversas, o Deputado Arlindo diversas. E nós não entregamos nada por escrito. Eu quero deixar claro aqui uma posição de que nós temos produzido um documento com dezoito páginas, de diversas observações, a maioria delas não colocadas aqui ainda. Mas nós não vamos fazer a entrega agora, neste momento, porque nós queremos analisar melhor até a forma de fazer isso. Nós podemos até vir a ter uma posição de não entregar. Mas, por uma questão de lealdade com a Comissão, de transparência, e pra deixar claro que nós temos propostas escritas, o que nós queremos é discutir a tática e a forma de fazer isso. Eu quero deixar isso claro pra que não paire dúvidas sobre termos ou não termos proposta, temos ou não temos escrito, mas deixar claro que nós poderemos, no momento seguinte, até amanhã, depois de amanhã, passar ou até não passar, mas discutir com o Relator, ou até ter outra atitude. Mas deixando isso claro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu abri uma exceção pra V.Exa. prestar esclarecimento, mas quero, desde logo, declarar que eu não espero ficar surpreso com o fato de V.Exa. guardar esses estudos e privar o País e esta Comissão disso. Isso eu não admito. Seria um ato antipatriótico, e V.Exa. não é capaz de cometê-lo.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Novais.

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

---

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, um minuto.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - O mais grave, Sr. Presidente, é, se essas emendas forem aceitas e vierem aqui, votar contra o relatório.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, mais um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Um minuto, então.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É profundamente lamentável o que o Deputado colocou aqui. Ficaram seis meses conosco, e diz na frente de todo mundo que aqui, da própria imprensa, que trabalhou ou não trabalhou, fez ou não fez, e vai pensar se vai contribuir ou não vai contribuir. Não é assim que se ajuda o País num assunto tão importante. Isso é profundamente lamentável, e eu quero que se registre em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá registrado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Realmente, tomara Deus que não seja uma atitude oportunística eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o Relator, que quer fazer um comentário em cima da intervenção do Deputado José Linhares.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu quero agradecer ao Deputado José Linhares, que realmente dá uma demonstração de zelo, de competência, de pragmatismo para com esta CPI. Trouxe aqui sugestões da maior valia, que, de plano, estão acolhidas; inclusive a emenda supressiva. De forma que eu deixo registrada em ata a satisfação com que o Relator recebe a valiosa contribuição de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Relator. Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes... Novais.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Sr. Presidente, eu li o relatório do Sr. Relator, identifiquei realmente o esforço que aconteceu ao longo desta Comissão, de se buscar encontrar os rumos, né, de uma política farmacêutica para este País, de assistência farmacêutica. Agora, me preocupei, Sr. Relator, com a questão concreta do controle de preço. Eu acho que o objetivo maior desta Comissão é dar resposta ao povo brasileiro, uma parcela significativa do nosso povo, que não consegue comprar medicamento. Então, se nós não tivermos alguma determinação, algum... encontrarmos algum mecanismo de, concretamente, atingir essa questão, nós vamos ter uma CPI que poderá dar resposta daqui a dois anos, três anos,

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

quatro anos. Porque, eu não acredito, sinceramente, Sr. Presidente e Sr. Relator, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela consiga, em curto espaço de tempo, apesar de estarem postas as condições pra ela fazer isso... recursos... foi aprovado, recentemente, o plano de cargos, uma série de condições que estão postas, mas eu não consigo que, devido à gravidade e devido à necessidade de capilaridade das agências estaduais e as Vigilâncias Sanitárias municipais, que isso se resolva no Brasil de curto e médio prazos. Portanto, eu vejo que a questão principal deste País... primeiramente, o investimento no setor público, que foi colocado no relatório, eu acho que precisamos ampliar. Eu acho que não só esses seis laboratórios, mas as universidades deviam, todas as universidades de Brasília, estar contempladas. O relatório devia ampliar mais essa questão das universidades e centrar o foco. E aí eu acredito que não poderemos sair daqui, Sr. Presidente, sem centrar o foco na questão do controle de preços. Se o Ministro Malan, ele tem uma visão liberal de que pode vender no supermercado, ou que vai rebaixar preço com a entrada de genérico... e não entra genérico nos mercados, Sr. Presidente, Sr. Relator. Esse genérico, eles vão fazer com o genérico o que fizeram com os preços, ou seja, ao sabor deles. E isso eles estão fazendo. Essa situação aqui, que o Cláudio Considera abre um processo contra o cartel das vitaminas, isso aqui era pra ter sido aberto há mais de um ano, quando foi determinado lá nos Estados Unidos. Isso aqui não é novidade. Isso aqui ainda, inclusive, cheira mal de tá sendo aberto agora, na véspera do término da CPI. Isso aqui era para ter sido aberto há muito tempo. Isso é como uma resposta que estavam querendo dar à sociedade, como se isso aqui fosse uma novidade. O cartel das vitaminas foi detectado há mais de ano, nos Estados Unidos. Então, isso aqui não é novidade. Isso aqui é uma jogada do Sr. Cláudio Considera, que veio aqui, sinceramente, né, fazer observações as mais... as mais dissociadas do interesse popular e as mais associadas possíveis ao cartel, porque ele foi o responsável por receber planilhas e até hoje essas planilhas nem chegarem completas aqui. Então, é um... é um elemento, dentro do Governo Federal, que tem, no meu entendimento, claras vinculações com o grande capital. E não é só o grande capital da vitamina e do remédio, não; é grande capital dos outros setores. Então, isso aqui, para nós, isso aqui cheira mais a teatro, ao faz-de-conta do Governo do que propriamente o controle de preço. Portanto, eu... eu acredito que a principal questão desta CPI... Porque me perguntaram: "Vai dar em pizza, Sérgio?", lá no Ceará. Eu disse: "Eu

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

não tô em pizza". Nunca participei em CPI lá... como Vereador de Fortaleza, nunca participei de CPI. E se der em pizza, sinceramente... a sexta, vai ser a sétima, a oitava? Então, nós temos que ter, concretamente, uma determinação desta CPI: o controle de preço. Eu acho que ela é fundamental. Se sairmos daqui sem controle de preço, pode ser o melhor relatório do mundo, Deputado Perondi, pode ser o melhor relatório do mundo, do ponto de vista técnico. Agora, se não tiver controle de preços, se objetivamente amanhã vai baixar preço, vai questionar preço, nós vamos estar fazendo aqui um papel de, né, de compor essa cena internacional que tá aí, do grande cartel. Eu não vejo, porque se aumentaram o preço com a CPI funcionando — todo dia aumentaram o preço com esta CPI funcionando —, imaginemos quando esta CPI fechar as portas, no dia 30 de maio. Vai aumentar preço na nossa cara, e nós vamos ficar aqui sem nenhum controle, sem nenhuma possibilidade, engessados, sem... Não propusemos controle de preço, vai ficar todo mundo aqui numa situação delicada. Então, eu vejo que... Eu centraria a questão do controle de preço como essencial. É o cerne desta CPI hoje, porque senão nós vamos ficar a ver mais uma denúncia, mais um jogo de cena e nada acontecer a respeito dos preços de medicamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado Sérgio Novais. Com a palavra o Deputado Márcio Matos.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos algumas sugestões, que nós vamos passar por escrito para o Relator ver se pode incluir no seu relatório, com relação aos cartéis. Nós detectamos quatro cartéis: o do grupo dos 21 laboratórios; o cartel da hemodiálise, que eu acho que é importante colocar no relatório; o cartel daquela concorrência pública no Rio Grande do Sul; e também o cartel amparado pela Portaria 37/92. Vamos passar também... dar uma sugestão também com relação à planilha de custo, em que nós achamos que até essa Portaria 37/92 não é ruim. O ruim é que estabelece limites para os segmentos e não para a indústria. Então, a proposta nossa é que tenha uma câmara setorial com representantes do Ministério da Saúde, da Fazenda, do PROCON, do IDEC, Conselho Federal de Farmácia, tendo como referência o laboratório... o preço do laboratório público. E colocar nesse controle: numa variação mensal de até 1% do preço do medicamento, não teria necessidade imediata de ouvir essa câmara setorial. Mas partindo de uma variação além de 6% ao ano, isso seria obrigatório. Colocamos também que talvez essa câmara setorial pudesse observar, em termos

### TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

de planilha de custo, por medicamentos similares, não precisa pegar todas, mas para restabelecer o real valor dos medicamentos que estão no mercado hoje. Isso nós vamos passar por escrito. Outra coisa que também acho que deveria ser colocado nesse relatório, e eu acho que é de suma importância, uma coisa que causou um impacto muito grande na CPI e na imprensa em geral, é a palavra "Bom para Otário". E na verdade nós temos ainda no mercado inúmeros medicamentos, principalmente aquela relação do ex-Ministro Jamil Haddad. Esses medicamentos continuam sendo vendidos e mais esses medicamentos antigripais, que na verdade, na minha opinião, como médico, são realmente bons para otários. Eu acho que tem que dar um basta, porque nós temos um número grande de produtos registrados e licenciados no comércio que não servem para absolutamente nada, que são os inócuos. Outra sugestão que nós vamos dar sobre a distribuição de medicamento: na minha opinião, o laboratório privado ou público poderia vender diretamente, diretamente somente para entes públicos, hospitais, clínicas ou associações, associações... associações de renais, associações de diabéticos regulares. E também o laboratório público e o privado podiam fazer essa negociação direta. Quando essa negociação fosse feita direto ao consumidor, nós teríamos que fazer que isso passasse através de uma distribuidora. No sentido de quê? De coibir, por exemplo, o BO. O vendedor do laboratório, principalmente dos nacionais e que praticam o BO comercial e fazem a propaganda não ao médico, não ao dentista, não ao profissional de farmácia, mas fazem a propaganda ao balconista, que é o leigo. Eu acho que, com relação ao item "propaganda", nós temos que agir. A propaganda deverá ser de caráter científico, feita a esses profissionais e não no balcão da farmácia. E nós temos que rever as propagandas a nível da mídia leiga. O que propõe o Sr. Relator, com relação à comercialização via correio, eu acho que não... Eu não sou favorável, quando se faz essa negociação a um consumidor, mesmo que apresente... mesmo que apresente a sua receita, porque o correio não sabe como aquele medicamento tem que ser transportado, em quanto tempo e qual a temperatura. Eu acho que tem que ser a nível da distribuidora, e nós temos que cobrar das distribuidoras reais condições de acondicionamento e transporte. Se a propaganda ética, dita ética, que não é tão ética, aquela propaganda feita principalmente nos laboratórios transnacionais... são propagandas em que os laboratórios cooptam os médicos com os brindes, com oferecimento de financiamento de congressos, passagens, viagens etc. e tal. E também aquela

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

propaganda não-ética, que é feita mais pelo laboratório nacional, que não é feita nem ao médico — é ao balconista da farmácia. Nós temos que ter uma legislação específica para isso, para que não... para que o médico não seja o cabresto, o manuseio do laboratório transnacional, e que o balconista da farmácia também não seja o do laboratório nacional. E uma outra proposta, Sr. Relator, é que, no receituário médico, mesmo que seja medicamento de marca, tem que ter o nome de marca e do genérico, no sentido de gente divulgar a associação do nome do genérico com o de marca e facilitar com que lá na farmácia o farmacêutico possa propor a mudança, a substituição do medicamento de marca pelo genérico. Essas sugestões nós vamos encaminhar por escrito. Algumas eu vou deixar, mas eu devo reconhecer que nós temos um prazo muito curto pra discutir tudo isso. E dentro da bancada do PT nós temos uma série de emendas, que nós vamos apresentar aos senhores, vamos discutir, porque são emendas que eu acho que têm que enriquecer este relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado ao nobre Deputado Márcio Matos. Com a palavra o nobre Deputado José Borba.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA** - Sr. Presidente, caro Relator, pares desta Comissão, realmente nós estamos aqui observando e estamos ultimando as ações desta Comissão. E os resultados, sem dúvida nenhuma, eles são satisfatórios, levando em consideração a precariedade do tempo, a estrutura tão difícil de se montar — a duras penas nosso Presidente conseguiu —, e acredito que o resultado está oferecendo um grande serviço à nossa Nação. Então, eu acredito também que aí está registrado um material tão farto, capaz, inclusive, de alimentar todos os demais anseios. E, no que eu coloco neste momento, até observando as colocações do meu companheiro e Deputado Max Rosenmann, é quando da sugestão do envio para as Comissões Permanentes. Contrariando o que pensou naquele momento o Deputado Max, nós defendemos, sim, o envio, encaminhamento, inclusive a própria recomendação do nosso nobre Relator, para que as Comissões Permanentes possam dar seqüência, a exemplo da que pertença. Ainda há pouco consultava com o Presidente da minha Comissão — Defesa do Consumidor e Meio Ambiente —, Deputado Salatiel, e nós pretendemos, sim, absorver, nos limites da prerrogativa da nossa Comissão, toda ação que possamos contribuir ainda mais para uma fiscalização, para uma vigilância, para que possamos dar à nossa população ainda um resultado ainda melhor do que foi

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

possível obtermos junto a esta Comissão. Portanto, eu gostaria, sim, de nós fazermos constar e vamos trabalhar nesse sentido. Vamos ocupar o máximo da nossa pauta, buscando atualizar aquilo que não foi possível, em função do tempo tão pequeno, e que não se alcançou a contento o que nós desejávamos. Mas, portanto, vamos trabalhar nesse seguimento meu caro Relator, para darmos continuidade. E esta ação, com certeza, não vai fazer com que vários seguimentos já possam cantar vitória — os foras-da-lei, inclusive —, quando acharam que, ao encerrar esta CPI, estariam novamente retomando as suas tranqüilidades. Nós estaremos, sem dúvida, através daquela Comissão, sendo os correspondentes, na medida do possível, para que continuemos atento e para que enquadremos dentro daquilo que é o esperado da nossa população. Portanto, eu reitero este pedido ao Presidente e ao nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado nobre Deputado José Borba. Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Sr. Presidente, eu acho que... acredito que já quase no encerramento das sugestões, eu quero confirmar aquela sua colocação de que foi aberto prazo, são duas, três semanas, e logo após todo aquele clima criado inicialmente grandes e ótimas sugestões foram apresentadas, o que certamente vai permitir o relatório sem nenhum fracasso, né? Então, eu quero realmente confirmar que nós temos que ter esse objetivo e fazer um relatório positivo e dar a nossa contribuição. Dentro dessa objetividade, eu queria colocar dois assuntos. O primeiro assunto é que, quando a Vigilância Sanitária se tornou agência, ela introduziu junto com a condição de agência preços e taxas muito altas. Por exemplo, uma farmácia agora tem que pagar 4 mil reais por ano de taxa de vigilância. Se são 90 mil farmácias, só aí dá 450 milhões de arrecadação.

**(Não identificado)** - Cinqüenta mil.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Cinqüenta mil. Milhões. Milhões. Milhões de arrecadação.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Noventa mil farmácias. E eu gostaria de dizer que esse dinheiro, hoje, tá indo pro Tesouro. Não tá muito explicado. E eu gostaria de que, se possível, houvesse uma recomendação e até objetivamente alguma outra coisa, por parte da relatoria, no sentido de que todo recurso... todo recurso que fosse arrecadado pela Agência de Vigilância Sanitária

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

fosse auto-aplicado dentro da Agência, para que ela possa ter recursos necessários, equipamentos, convênios com universidades, e poder realmente prestar o serviço que toda a Nação aguarda por parte da Vigilância Sanitária. Porque essa conversa de dizer que a Vigilância Sanitária não tem gente, não tem equipamento, não tem capacidade fiscalizatória, não tem todo isso, pode ser que não tinha quando não tinha essa arrecadação. Agora, cobrar e não oferecer condição de até mesmo... de dar melhor garantia na questão de novos medicamentos, que hoje em dia não sei de que forma eles têm a capacidade de analisar novos medicamentos e poder colocar no mercado... Eu acho que com convênios, universidades e tudo isso poderíamos melhorar a proteção à saúde. Então, que o dinheiro da Vigilância seja para a Vigilância e não para o Tesouro. Essa é a primeira proposta. A segunda: no Paraná, no meu Estado, há muito tempo nós temos lá, nos Municípios, uma pratica, que é a busca de uma farmácia básica, de em torno de sessenta medicamentos básicos, que são comprados na Furfi(?) e em outras entidades públicas. E são medicamentos muito baratos, de boa qualidade, que as Prefeituras recebiam dinheiro diretamente, fundo a fundo, e esse recurso, quando remetido, se não me engano, na razão de onze centavos por habitante, dentro de um determinado prazo, era um dinheiro que, num primeiro momento, poderia parecer pouco, e no entanto era suficiente pra que os postos de saúde, pelo menos os postos de saúde públicos... Sr. Presidente, que pelo menos os postos de saúde públicos tivessem, como sempre tinham, medicamentos disponíveis para a população. O Secretário de Saúde do Paraná passou uma lista pedindo que todas as Secretarias de Saúde transferissem para o Estado a compra do medicamento, e desde então sumiu a tal farmácia básica no Paraná. E eu acredito que deve ter sumido no Brasil inteiro, ou pelo menos não se tem notícia efetiva de que esses recursos continuem sendo repassados. E são... e é um recurso muito importante, porque ele consegue dar ao trabalhador, àquele que precisa de um posto de saúde, na questão de medicamento, a garantia de, ao término de uma consulta, pelo menos em sessenta medicamentos básicos, a possibilidade de ter o medicamento. Então, é a reativação, já que não há mais a CEME, que sejam reativados esses recursos para a formação de farmácia básica em todos os Municípios brasileiros. Seria isso a minha colaboração, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Acolho com muito prazer a sugestão de V.Exa.



**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN** - Outra coisa, pra terminar. Um ponto que eu tava esquecendo. Eu quero só deixar aqui a minha posição. Eu espero, Sr. Presidente e Sr. Relator, que a Comissão se limite a conceituar, a avaliar situações, em função dos documentos que estão disponíveis na Comissão, até o término da Comissão. Agora, o envio de quebra de sigilo e de outras atitudes que nós tomamos, necessárias para o levantamento, ficar transferindo pra Receita, transferindo pra "a" ou pra "b", eu acho isso realmente errado, inconstitucional e ilegal, certo? A Comissão, quando ela se encerra, ela se encerra. Ela não tem esse direito de ficar ainda abrindo posições para outros órgãos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado Max Rosenmann. Tem a palavra o último orador inscrito, Deputado Vicente Caropreso.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputado, apresentamos também ao Relator, Deputado Ney Lopes, uma série de itens referentes àquelas sub-relatorias pertinentes, deliberadas por esta Comissão, no que diz respeito à Vigilância Sanitária e qualidade dos produtos farmacêuticos. Pra não me alongar demais, eu vou ler algumas sugestões, Sr. Relator, Sr. Presidente, que eu achei extremamente importantes, e também algumas considerações que eu acho de suma importância pros... nessa fase de conclusão dos trabalhos da CPI. As sugestões são as seguintes, Sr. Relator: "Sugerir aos Conselhos de Medicina e de Farmácia, ações integradas no sentido da sensibilização dos profissionais tanto médico quanto farmacêuticos para a importância da prescrição de remédios genéricos e orientação aos consumidores que se dirigem às farmácias e drogarias". É extremamente importante que haja uma parceria — eu não diria dessa CPI ou de... —, realmente, desses profissionais que atuam diretamente, no dia a dia, com os medicamentos no Brasil. É extremamente importante que se convença e que se tenha essas duas classes jogando, junto com a população, a favor do Ministério da Saúde, a favor de melhores condições de tratamento, no que diz respeito aos medicamentos no Brasil. Segundo: "Apoiar a proposição e aprovação de mais recursos para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para repasse de verbas a Estados e Municípios, visando o fortalecimento do sistema de vigilância em todo o País". É praticamente uma unanimidade de vários membros aqui da CPI e mesmo do relatório que nós solicitamos ao Dr. Gonzalo Vecina Neto, da deficiência. E inclusive por escrito, que ele colocou que

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

tem mais dinheiro, esse ano, previsto para repasse aos... às Vigilâncias estaduais, o que é gravíssimo! De 36, caiu pra 18 milhões. Eu acho extremamente grave esse dado objetivo e por escrito, passado em relatório aí à CPI, conforme nosso requerimento. Terceiro: "Sugerir ações dos órgãos competentes para a regularização das farmácias públicas de manipulação regionais e municipais do Rio Grande do Sul, visando impedir que as irregularidades detectadas prejudiquem o projeto, que pode representar também uma importante alternativa para assegurar acesso à população de medicamentos dos quais necessita". Uma das audiências públicas desta CPI foi justamente a apresentação de um belo trabalho de uma série de Municípios que fizeram consórcios ou não, em consórcios ou não, das... de... de manipulação da suas Secretarias de Saúde. Porém... porém, um relatório da Vigilância Sanitária Estadual do Rio Grande do Sul detectou várias irregularidades no processo todo de manipulação. E tem que ser regulamentado todo esse processo, porque poderão advir graves problemas aos consumidores, como até detectado naquele relatório, nos quais a contaminação dos elementos, durante o processo de manipulação, pode haver uma grave... um grave prejuízo... Por exemplo, existem... existe na literatura, existe também até na imprensa alguns relatos de que a manipulação de alguns produtos de vitaminas continham hormônios, e que causaram graves problemas principalmente a crianças e até mortes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não no caso Rio Grande, não.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Não no Rio Grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Não no Rio Grande, mas foram detectados na literatura vários problemas parecidos. O que se pretende com essa sugestão é regulamentar, né, para que essa prática fique sem problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. me permite um rápido aparte?

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O relatório da Secretaria do Estado detectou que precisa mais medidas de segurança, que o Ministério tá implementando. E a Vigilância Sanitária Nacional detectou que o laboratório do Estado também precisa outras medidas, como talvez o laboratório de

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

Santa Catarina, o de Pernambuco e outros. Quer dizer, eu acho que... que tá precisando... porque V.Exa tá passando a idéia de que esses... farmácias de manipulação do Rio Grande estão procedendo com irregularidades. Não. É preciso mais segurança no seu procedimento, e eu acho que é essa a disposição do Governo de colaborar. Não é esse o sentido, Deputado?

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Nas sugestões, por escrito, eu volto a repetir: que pode representar uma importante alternativa para assegurar acesso à população de medicamentos de que necessita. Quarto: "Sugerir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária a intensificação da investigação de todas as farmácias de manipulação no País e rigor na aplicação da resolução que regulamenta o funcionamento desse tipo de estabelecimento". Algumas amostras que foram levadas à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive trazidos os resultados aqui, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mostraram distorções na apresentação de produtos manipulados. E mesmo o relatório das... da ANFARMAG, que é a associação, a entidade que congrega as farmácias de manipulação no Brasil, essas se limitam a dizer que a presença da Vigilância Sanitária é apenas pra garantir as condições sanitárias dos estabelecimentos, e que pelo menos uma vez por ano são visitadas pela Vigilância Sanitária. Ora, isso é uma coisa grave. Quer dizer, uma vez por ano só, uma farmácia produzindo medicamentos diariamente? Apenas uma vez por ano? Quer dizer, é uma falha grave detectada. Sugerir ao Ministério da Saúde...é... Agência Nacional recursos e instrumentos necessários para o seu pleno funcionamento. O orçamento também da Agência Nacional, do ano passado pra este ano, recebeu um mínimo aumento. O sexto: "Sugerir a urgente criação de laboratórios toxicológicos para controle e análise de medicamentos em todos os Estado brasileiros" — ou pelo menos em posições geográficas que visem a facilitar a análise dos produtos farmacêuticos. Sétimo: "Recomendar aos senhores congressistas a agilização da apreciação do Projeto de Lei nº 2.549/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências", no sentido de prover a Agência Nacional de Vigilância Sanitária de mais pessoal. Oitavo, realização de diálises também; e sou repetitivo, Sr. Presidente, Sr. Relator: "...sugerir ao Ministério da Saúde apuração da denúncia de práticas que desrespeitam a ética, no atendimento a doentes renais crônicos por estabelecimentos que integram sistema de franquias patrocinado por empresas multinacionais, para impedir o mercantilismo à custa do

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

sofrimento desse segmento da população". Teria outras considerações também, em relação a algumas sugestões do Conselho Federal de Farmácia. Vejo com ceticismo a venda de produtos pelo correio — farmacêuticos —, pela Internet. Tenho sérias considerações também à venda de produtos farmacêuticos em supermercados. Por quê? Se nós estamos sugerindo a permanência de um profissional farmacêutico nos quase cinquenta mil estabelecimentos do ramo, no País, é inacreditável que nós apoiemos, sem nenhuma forma de regulamentação, sem nenhum controle, a venda total e indiscriminada de qualquer tipo de produto, seja por correio, seja em supermercado, ou seja — o mais grave — pela Internet. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu tenho sérias restrições a esse tipo de prática, porque ele impede aquilo que mais se pediu aqui, ou seja, dispensar a presença de um profissional. Concordo também que há um jogo de empurra no sistema de vigilância, onde... que pode haver, nos diversos setores, seja Município, Estado ou União, os relatórios integrados, como sugeriu aqui o Deputado Arlindo Chinaglia. Vejo com uma preocupação muito... muito grande, inclusive relatada por escrito pelo Dr. Gonzalo Vecina, que essa é uma falha. E ele assumiu a falha, nesse sentido, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Existe uma falha de comunicação entre estes três setores, Município, Estado e União, para cruzamento de dados e uma estatística real da situação sanitária do País — não só sobre medicamentos, mas principalmente sobre medicamentos. Ouvi e li um comentário do Sr. Ministro da Saúde, que eu acho extremamente importante: a proibição da bonificação, da prática da bonificação nas farmácias, também aqui sugerido e já comentado por outros Deputados. E realmente não há como nós assistirmos impunemente essa prática, né? E acho que esta Comissão poderia elaborar também um projeto de lei nesse sentido, prevendo a tipificação de crime nessa circunstância. Seria isso, Sr. Presidente. E, como comentários finais, eu vejo que vários Deputados se manifestaram — alguns até preconceituosamente — em relação até à formação da CPI dos Medicamentos. Quer dizer, é inacreditável que um membro da CPI, titular, se posicione, já desde o primeiro dia... coloque a CPI sob suspeição — é inacreditável! —, e que tenha participado ativamente, né? Eu acho que a CPI vem cumprindo o seu papel. Poderá, caso nós possamos aprovar, ainda este ano, a formação ou a criação de uma nova Comissão Permanente, que seria a Comissão Permanente da Saúde, onde as principais deliberações, todas as coisas principais que forem aprovadas aqui, que forem aprovadas na Comissão

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

possam ser seguidas por um grupo, um grupo de trabalho. Nesse sentido, já entrei com requerimento dentro da Comissão de Seguridade Social e Família propondo uma subcomissão especial, independentemente da criação ou não da Comissão Permanente, uma eventual formação da Comissão Permanente de Saúde, para apreciação contínua das principais conclusões desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que seria isso. E, por último, eu tinha alguma coisa pra comentar em relação ao posicionamento político, né, dos Deputados. É lógico que ficou claro também — e quero me posicionar agora politicamente — de que, desde o início, nós vimos que setores da Oposição, aqui, claramente querem diminuir o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo Governo, pela Situação, principalmente pelo PSDB. A iniciativa foi do PSDB, num tema difícil, num tema dinâmico, pois não importa... se nós até prolongássemos esta CPI, os problemas continuariam e continuarão, com certeza, acontecendo. A falsificação é um problema grave, que vai poder acontecer e ser detectado a qualquer momento. Então, seriam esses os posicionamentos, né? E eu quero aqui parabenizar tanto o Relator como o Presidente pelos trabalhos desenvolvidos até agora. Esperamos que nós possamos votar de uma maneira cada vez mais enriquecida, com as propostas até o último dia. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Caropreso. Com a palavra o Deputado Relator.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu quero registrar que já havia lido, na parte conclusiva, as sugestões do eminente Deputado Caropreso e encaminhado à minha assessoria para o aproveitamento das valiosas observações que fez como zeloso Sub-Relator deste setor específico que lhe foi atribuído. Agradeço ao Deputado Caropreso.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS** - Queria fazer só um registro, Presidente, da minha posição sobre os servidores da vigilância sanitária. Acho que devemos constar nesse relatório — alguns Deputados já colocaram — que é atividade típica de Estado a vigilância sanitária. Portanto, nós temos que reforçar

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

---

esta tese, no sentido de que isso se consolide rapidamente no Brasil. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Não havendo mais nada a tratar, eu convoco uma reunião para terça-feira, às 14h, para apresentação do relatório do Sr. Relator. E também para quarta-feira, no mesmo horário, e quinta, pela manhã, para discussão e votação do relatório, que deverá ser concluído até quinta-feira ou, então, no máximo, até na próxima terça-feira seguinte, que é o dia 30. Está encerrada a sessão, com o agradecimento a todos que aqui compareceram. Muito obrigado.